

# X SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



**NORDESTE**

TERESINA/PI

14 e 15/06



Conselho  
Federal de  
Psicologia

Conselhos  
Regionais de  
Psicologia

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**  
**Conselhos Regionais de Psicologia**  
**Centro de Referência Técnica em Psicologia**  
**e Políticas Públicas — CREPOP**

**ETAPA NORDESTE**

Seguridade social e processos de subjetivação  
em tempos de crise e desmonte das políticas públicas

**IX SEMINÁRIO NACIONAL**  
**DE PSICOLOGIA E**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS**  
PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Brasília, 2019

© 2020 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br).

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: Carlos Flexa | MC&G Design Editorial

### Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília – DF  
(61) 2109-0107 E-mail: [comunica@cfp.org.br](mailto:comunica@cfp.org.br)/[www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)  
Impresso no Brasil – abril de 2020

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas :  
    Psicologia na Defesa das Políticas Públicas (9. : 2018 :  
    Brasília, DF).  
    IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas  
    : Psicologia na Defesa das Políticas Públicas : volume 06 :  
    seguridade social e processos de subjetivação em tempos de crise e  
    desmonte das políticas públicas : etapa nordeste / Conselho  
    Federal de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia  
    e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2020.  
    64 p. ; 21 cm.  
  
    ISBN 978-65-86540-45-1  
    ISBN 978-65-86540-42-0 (Coleção)  
  
    1. Psicologia social - Congressos. 2. Direitos humanos  
    - Aspectos psicológicos - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil.  
    I. Conselho Federal de Psicologia. II. Centro de Referência  
    Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 323.40981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

**Coordenação Geral/ CFP**  
Miraci Mendes – Coordenação Geral

**Gerência de Comunicação**  
Luana Spinillo Poroca – Gerente

**Coordenação Nacional do CREPOP/CFP**

Clarissa Paranhos Guedes — Conselheira CFP

Mateus de Castro Castelluccio — Supervisor

Larissa Correia Nunes Dantas — Assessora

João Vinicius Marques — Assessor

Joyce Juliana Dias de Avelar — Estagiária

**Integrantes das Unidades Locais do CREPOP nos CRPs**

**Conselheiras(os)**

Leovane Gregório (CRP01); Vinicius Soares de Oliveira (CRP02); Gloria Maria Machado Pimentel, Mailson Santos Pereira e Monaliza Cirino de Oliveira (CRP03); Cláudia Natividade e Flávia Gotelip Correa Veloso (CRP04); Mônica Sampaio (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Manuele Monttanari Araldi (CRP07); Maria Sezineide Cavalcante de Melo (CRP08); Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP09); Valber Luiz Farias Sampaio (CRP10); Emilie Fonteles Boesmans (CRP11); Marivete Jesser (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (colaboradora CRP13); Beatriz Flandoli (CRP14); Laeuzza da Silva Farias (CRP15); Juliana Brunoro de Freitas (CRP16); Adala Nayana de Sousa Mata (CRP17); Karina Franco Moshage (CRP18); Bruna Oliveira Santana e Claudson Rodrigues de Oliveira (CRP19); Clorijava de Oliveira Santiago Júnior e Gibson Alves dos Santos (CRP20); José Augusto Santos Ribeiro (CRP21); Raissa Bezerra Palhano (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23).

**Técnicas(os)**

Cristina Trarbach (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias (CRP03); Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP03); Leiliana Sousa (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05) Edson Ferreira Dias Júnior (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07) Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Mayrá Lobato Pequeno (CRP11); Iramaia Ranai Gallarani (CRP12); Katuska Araújo Duarte (CRP13); Mônica Rodrigues (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Érika Aparecida de Oliveira (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); John Wedson dos Santos Silva (CRP21); Lívia Maria Guedes de Lima Andrade (CRP22); Stéfhane Santana Da Silva (CRP23).

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA X**  
**VII Plenário**  
**Gestão 2017-2019**

**Diretoria**

Rogério Giannini – Presidente  
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário  
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

**Conselheiras(os) Efetivas(os)**

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte  
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste  
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste  
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste  
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul  
Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1  
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

**Conselheiros Suplentes**

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente  
Daniela Sacramento Zanini – Suplente  
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente  
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente  
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte  
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste  
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro Oeste  
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste  
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (in memorian)  
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1  
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>1. ETAPA NACIONAL.....</b>	<b>10</b>
PAULO MALDOS.....	10
ISABEL FERNANDES.....	16
<b>2. ANÁLISE DE CONJUNTURA DA POLÍTICA BRASILEIRA E IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>30</b>
SOLANGE MARIA TEIXEIRA.....	30
<b>3. SEGURIDADE SOCIAL E PSICOLOGIA: DESAFIOS PARA ATUAÇÃO EM TEMPOS DE DESMONTE.....</b>	<b>56</b>
DIEGO MENDONÇA VIANA.....	56
MARIANA PRIOLI CORDEIRO.....	74
RAÍSSA BEZERRA PALHANO.....	87
<b>4. DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: IMPACTOS NA VIDA DOS USUÁRIOS.....</b>	<b>95</b>
JOÃO PAULO SALES MACEDO.....	95
SOLANGE MARIA RODRIGUES LEITE.....	108

# APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas é uma realização do Conselho Federal de Psicologia, organizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-Crepop. Para sua nona edição, realizada em 2018, o XVII Plenário do CFP deliberou pela realização de eventos descentralizados, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia, buscando maior abrangência, capilaridade mobilização e aproximação da categoria.

Sob o tema central “Psicologia na Defesa das Políticas Públicas” os Seminários foram organizados como uma ação em favor da democracia e contra o desmonte das políticas públicas. As etapas regionais se propuseram a discutir diferentes temáticas, como: corte de recursos e desmonte das políticas públicas, crise política, educação, laicidade, seguridade social, populações indígenas e quilombolas, questões de gênero, raça e diversidade sexual, modos de subjetivação e resistência, todos esses, temas caros para a Psicologia e presentes no cotidiano da atuação nas diferentes políticas públicas demarcam uma dimensão ético-política do exercício profissional.

É preciso localizar o momento histórico deste documento, para que se compreenda o contexto e a efervescência política que regia, e ainda rege, os modos críticos e afetivos de se posicionar diante dos fenômenos sociais, principalmente no que se referem às políticas públicas e aos direitos humanos. Antecedido por um processo de impedimento, 2018 deve ser lembrado como um ano eleitoral de profunda polarização política e ascensão do conservadorismo. Além disso, sustentada em uma perspectiva neoliberal, a solução

para os problemas econômicos do país era apresentada a partir da drástica redução de investimentos em políticas públicas, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Desse modo, o que tínhamos era o anúncio do aprofundamento da desigualdade e da vulnerabilidade social.

Reafirmando e respaldado no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), que em seu Princípio III aponta que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, para o CFP era imprescindível reunir especialistas para dialogar com a categoria que atua nas políticas públicas sobre as consequências psicossociais de um cenário de redução de direitos.

Dito isso, ressaltamos a importância do contexto político, histórico e social no nosso saber-fazer. Cabe nos questionarmos quais têm sido os efeitos do desmonte das políticas públicas nas populações atendidas e como isso reverbera na atuação das(os) psicólogas(os).

A defesa das políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais fazem parte do compromisso social da Psicologia, pois tais políticas são espaços potentes para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos. Do contrário, os impactos psicossociais dos desmontes na subjetividade da população brasileira, assim como o sofrimento político gerado pela falta de acesso aos direitos sociais ascenderão a níveis ainda maiores.

Esta publicação é o registro das participações nas conferências, mesas-redondas e palestras no IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Agradecemos a todas(os) as(os) profissionais que contribuíram para publicação deste documento e que buscam por meio do seu saber-fazer um compromisso ético-político com o outro e com a realidade histórico-social. Ressaltamos a importância da cooperação com os Conselhos Regionais de Psicologia para o sucesso das atividades.

Evidenciamos, por fim, que as contribuições proferidas pelos especialistas são individuais e respaldam-se em pesquisas científicas ou experiências como profissionais. Assim, ao realizar este seminário, o CFP cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia como ciência e profissão.

### **XVII Plenário Conselho Federal de Psicologia**

Texto aprovado em Plenária em 20 de setembro de 2019.



# 1. PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1.1 Exposição

Paulo Maldos<sup>1</sup>

Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer muito a oportunidade de poder fazer essa análise com vocês. A gente faz uma provocação inicial e depois, junto com os outros colegas da mesa, faz um debate onde vamos poder aprofundar e receber as contribuições, certamente muito importantes, do conjunto de pessoas que está aqui e das que também estão acompanhando de longe.

Vou fazer uma análise de conjuntura um tanto diferente do que eu costumo e do que a gente vê por aí, que é menos cartesiana, digamos, mais tentando captar o momento histórico que vivemos. Como é um grupo de psicólogas(os), grupo muito especial, acho que não se trata tanto de fazer uma análise como se faz para um grupo de sociólogas(os) ou movimento social, mas tentar realmente captar a essência, digamos, do que estamos vivendo e sofrendo hoje, junto com a nossa sociedade e tentar, então, captar o movimento essencial, objetivo e subjetivo, que vivemos hoje no Brasil.

---

<sup>1</sup> Conselheiro do CFP; membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos/CFP; ex-secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; ex-diretor do Instituto Sedes Sapientiae e ex-Coordenador do Centro de Educação Popular da mesma entidade.

Vivemos uma conjuntura marcada por retrocessos nos direitos sociais, nos direitos constitucionais e na destruição das políticas públicas. Qual é o motor desse processo? O motor que a gente vê é o ódio de classe, o mesmo ódio que gerou as ditaduras ao longo da história, mas agora não mais movendo as engrenagens militares, mas uma outra configuração, mais no campo ideológico, ou seja, um movimento das peças no Congresso Nacional, no poder judiciário, na mídia, com mobilização social nas ruas e nas redes sociais.

As elites moveram essas peças para fazer o seu jogo. Existe um acúmulo de ódio na nossa sociedade por parte das elites que vem, pelo menos, desde a Constituição de 1988. Essa Constituição foi muito além do que era aceitável para as elites dominantes; ela acabou se tornando uma espécie de disparador, foi o limite estabelecido pelas elites que foi ultrapassado. Lembrem-se que a nossa Constituinte teve uma forte participação popular; todos os movimentos que lutaram contra a ditadura desembocaram na luta pela Constituinte, participaram na própria Constituinte e na feitura da Constituição. Eram milhares e milhares de pessoas acampando em Brasília; acompanhando as comissões e subcomissões na elaboração da nova Carta; foram mais de mil indígenas, durante dias e dias, ao longo de semanas, em Brasília, acompanhando comissão, subcomissão... até verem que seus direitos eram inscritos, além de muitos outros segmentos populares, segmentos que chegavam com um milhão de assinaturas em torno de uma proposta de direito constitucional.

Enfim, foram ultrapassados os limites que as elites esperavam que a Constituição deveria estabelecer; os movimentos sociais que surgiram e cresceram durante a luta contra a ditadura deixaram sua marca na Constituição e seguiram conquistando direitos e construindo políticas públicas nos governos Collor, Itamar Franco, F.H.C., Lula e Dilma, ou seja, a partir da Constituição, da sua promulgação, os movimentos sociais continuaram

participando politicamente, aprofundando aquilo que buscaram na Constituinte, transformando os direitos em novas políticas públicas, através de todos os governos que vieram em seguida.

A força e a legitimidade dos movimentos sociais, por um lado, e o constrangimento e a falta de legitimidade das elites para impor outra agenda por outro lado, fez com que se avançasse sempre, com lentidão às vezes, com rapidez outras vezes, com erros e com acertos, mas sempre numa tendência ascendente de construção de direitos e políticas públicas e o ódio foi se acumulando nos espaços e na subjetividade das elites e dos seus instrumentos de poder, até que os limites de uma Presidência da República governada por uma mulher, ex-guerrilheira, ex-presa política, com muitas dificuldades do ponto de vista do diálogo político, do ponto de vista da articulação política, com muitas fragilidades de comunicação social e de mobilização social em torno do seu próprio programa, criaram o cenário ideal e a justificativa ideológica para o ataque frontal, e para o golpe parlamentar.

A Presidente Dilma, com seu estilo austero de governar, sofreu uma reação conservadora que produziu um imaginário social e uma falsa formulação, de que tirá-la de cena seria um benefício para a população. Essa foi a construção política do golpe.

O golpe parlamentar, que teve respaldo no Poder Judiciário, nas mídias e em parte da sociedade, destapou, tirou a tampa das represas de ódio de classe, cheias até o limite, que se liberaram como uma espécie de Usina de Itaipu com todas as comportas abertas. E hoje, então, é esse o cenário conjuntural, onde a destruição de direitos é diária; a destruição de políticas públicas é diária; as propostas mais regressivas são aprovadas pelo Congresso Nacional; as decisões mais anti-populares são tomadas pelo executivo e as teses mais desumanas são discutidas tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal. Paralelo a isso, na grande mídia, esse processo é naturalizado pelos comentários tendenciosos, pelas reportagens manipuladas, pelos articulistas partidarizados, e nas redes

sociais esse processo é potencializado. Não há limites para a devastação; o que, nas ditaduras, se fazia com armas, com prisão, com tortura e com desaparecimento de pessoas, com assassinatos políticos, hoje se faz com palavras, mas o objetivo que se tinha antes, por meio das armas e da tortura, e o que se tem agora, com as palavras, é o mesmo: destruição de conquistas sociais, redução do humano ao irreconhecível.

Para as elites, todos os crimes são ignorados ou perdoados, só sofrem penalidades aqueles que foram perdedores nas lutas intestinas da própria elite, aqueles que perderam na luta entre seus iguais das elites, esses acabam no cárcere, mas, no geral, os crimes são perdoados, são ignorados. Para os movimentos populares, crimes são inventados ou atos são distorcidos para serem punidos, a criminalização caminha a passos largos diariamente. A gente abre um WhatsApp ou entra em qualquer site ou rede social e está lá: “Sem-terra atacado”, acampamentos ou ocupações de décadas despejados, criminalizados, e as pessoas sem ter para onde ir e, às vezes, são duas mil famílias, sempre muitas famílias, sendo assim também na área urbana, com os sem-teto e os acampamentos e as ocupações nas cidades.

Existe um movimento radicalmente e declaradamente anti-popular em curso, isso que considero a essência do momento atual; trata-se de um movimento sem limites no seu ímpeto de terra arrasada. Seus protagonistas declaram sua desumanidade, com orgulho de poder praticar violências impunemente, com total liberdade, sem consequências para eles. Assim, afirmam algo o mais torpe possível com relação à mulher, com relação à população LGBTI, com relação ao indígena, com relação ao quilombola ou às crianças de rua, à população da periferia, e com uma espécie de prazer perverso. Existe uma espécie de gozo em exibir a violência de classe.

Parece que houve uma conexão do ódio de classe desse último período histórico com uma espécie de lençol freático, composto por sentimentos, ideias, preconceitos, ideologias, que

remonta aos 517 anos passados e que carrega ideias genocidas com relação aos povos indígenas, escravocratas com relação à população negra, preconceitos da primeira revolução industrial com relação aos operários, machistas com relação às mulheres, autoritárias com relação aos jovens. Parece que esse lençol freático, composto pela história das ideias da classe dominante, se conectou com as ideias atuais das nossas elites e emergiu na nossa conjuntura. Fluía tudo neste rio subterrâneo, no inconsciente coletivo das elites, e explodiu numa grande, não diria “contrarrevolução”, porque a gente não viveu uma “revolução”, mas numa espécie de “contracivilização”, explodiu tudo na grande “contracivilização”, estando em curso até os dias de hoje.

Se podemos fazer uma imagem, seria da barragem da Samarco, de Mariana, Minas Gerais, com lama tóxica vinda do século XVI até o século XXI e essa lama tóxica hoje está nas redes sociais, nas mídias, move seus instrumentos no poder legislativo, é legitimada pelo poder judiciário, opera no executivo e busca com que a verdade não seja reconhecida, a verdade que estamos num estado de exceção, com os direitos constitucionais suspensos e as políticas públicas sendo anuladas uma a uma, a partir do ódio de classe. Parece estar em curso, portanto, um processo catártico das elites no sentido de destinar todas as suas ideias e práticas brutais para impor derrotas sucessivas aos setores populares, em todas as conquistas sociais destes, desde a luta contra a ditadura e mesmo antes.

Os setores populares fizeram e fazem tentativas constantes de se contrapor e resistir a esse processo, mas não têm tido sucesso ou tiveram sucessos parciais, específicos, frente e esta imensa onda contrária. Os movimentos populares nunca deixaram de lutar, é um equívoco dizer que não houve luta nesse período, existem e existiram muitas greves e mobilizações, das maiores que tivemos na nossa história, com manifestações nas capitais e no interior. Mas o momento é diferente, com um ataque que vem de todas as instâncias onde o povo, por décadas,

veio construindo passo a passo suas vitórias, pois o povo veio construindo suas vitórias no legislativo, no executivo, mesmo no judiciário, conquistando reconhecimento de direitos.

Então, o que temos hoje é uma perplexidade popular, não passividade popular. Mas, como o processo é tão brutal e concatenado, contra os direitos sociais, naqueles espaços em que, nas últimas décadas, o povo fez um percurso de conquistas, o que a gente tem não é passividade, são lutas, tentativas de lutas, e uma imensa perplexidade, mas nunca passividade. É como se o povo dissesse: por aqui não adianta resistir, não adianta resistir com os nossos antigos métodos, não adianta resistir e lutar com as formas de luta que a gente construiu ao longo das últimas décadas, porque são exatamente essas formas de luta que estão sendo atacadas, ignoradas ou superadas.

O povo brasileiro, então, espera o processo “contracivilizatório” avançar para dar a sua resposta, necessariamente nova, fruto de um novo momento histórico, de um novo ciclo de lutas que deve se abrir, com novos métodos e com novos protagonistas.

O povo brasileiro está processando sua experiência, e vai responder a essa barbárie em curso à altura, assim que toda lama tóxica chegar ao mar.

## 1.2 Exposição

Isabel Fernandes<sup>2</sup>

Bom dia.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite do Conselho para estar aqui nesse espaço. Para mim é muito caro participar de todos os debates e das discussões do CREPOP. Eu tenho a vinculação do trabalho, uma vinculação pessoal muito grande com os debates do CREPOP, acho, e eu sempre digo isso, que o espaço do CREPOP não é só um espaço de pesquisa, mas é um espaço político muito importante; é um espaço de enfrentamento da categoria profissional. E já que o convite que me foi feito foi para discutir que espaços, que possibilidades que a Psicologia tem de fazer frente a esse desmonte das políticas sociais, das políticas públicas, eu já adianto que o CREPOP é um espaço fundamental, eu acho, nesse enfrentamento. Para situar a minha fala, para chegar à Psicologia, vou retomar rapidamente algumas questões sobre conjuntura de uma outra ótica, acho que o Conselheiro Paulo foi muito feliz nas observações que ele fez, só vou apontar exatamente por conta da perspectiva teórica com a qual eu trabalho numa perspectiva mais de o porquê existe também uma lógica estrutural de desmonte das políticas públicas que acabam por servir de berço econômico desse desmonte que vão subsidiar a emergência desse sentimento de intolerância,

---

<sup>2</sup> Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da UFRN e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi integrante da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) gestão 2010-2012. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atua com Teoria Social Marxiana, políticas sociais, políticas da saúde e assistência social, formação e atuação de psicólogos.

de um sentimento antipovo, um sentimento antimassa, enfim.

Vou pedir ajuda à Laura para me ajudar com esses eslaides. Eu acho que a primeira coisa, não vou me deter nessa parte, meu objetivo aqui é discutir Psicologia, mas eu não consigo discutir Psicologia sem falar desse contexto macroestrutural. Eu acho que a primeira coisa é entender que todo esse movimento que a gente vê hoje não é de agora; vem sendo gestado ainda no século passado e que faz parte de um contexto geral da ordem do capital; essa crise que a gente... que a gente vem justificando, inclusive uma série de medidas econômicas, de combate à crise. O discurso que a gente vê hoje na mídia, apoiem, por exemplo, a reforma da previdência, a gente precisa conter os gastos e a estratégia melhor de conter os gastos é conter os gastos sociais, que são muito caros. Vamos permitir com que as pessoas se aposentem. Do jeito que está, elas não vão conseguir se aposentar, que o funcionalismo público é o principal vilão da questão da previdência social... Tudo isso vem no discurso que visa a justificar certas medidas econômicas em nome de um combate à crise que se instaurou e que, na verdade, esconde um movimento que é um movimento característico do modo de produção capitalista, então, capitalismo e crise são sinônimos, o capitalismo opera com crises, crises mais restritas, crises mais amplas, conforme cada evento desses, a tendência é que cada crise seja mais profunda e ela seja mais demorada, vamos dizer assim. Então, o que acontece é que a experiência brasileira é tanto expressão dessa crise mais geral da sociabilidade do capital, como também é reflexo de uma entre várias experiências latino americanas que tiveram experiências de governos de centro-esquerda que sofreram uma pressão muito grande que acabou. Essa pressão acabou por destituir estes governos em toda a América Latina e substituir esses governos de centro-esquerda por governos conservadores, como nós vimos

ao longo dessa história. Então, o Brasil não foi exceção à regra e o golpe também não foi uma grande surpresa para quem acompanhou a evolução desses acontecimentos justificados também por essa crise que atribuiu a um Governo de centro-esquerda. No caso, governo PT, a responsabilidade pela eclosão desta crise no Brasil, que os analistas mais honestos e comprometidos sabem que, na verdade, essa crise vem muito antes do governo petista e, na verdade, não é uma crise brasileira, ela chega ao Brasil como rebatimento de uma crise, que é do capitalismo mundial. Obviamente, que o Brasil traz uma série de peculiaridades que vão atribuir uma característica especial à crise no nosso país e conjuga alguns vetores que eu vejo como duas fontes principais, que tem dois aspectos principais. O primeiro deles é que a gente consegue identificar um primeiro elemento que é uma desaceleração do crescimento que já vinha acontecendo há algum tempo e em segundo, ainda no governo Lula, que se prolonga pelo governo Dilma, são implementadas algumas medidas econômicas, algumas medidas de ajustes que precisavam de dois elementos principais para que elas funcionassem: o primeiro era que o Brasil se mantivesse exportando suas comódites, e para isso precisava manter ou até mesmo aumentar o preço dessas exportações, e a segunda era manter um elevado consumo interno. Então, não sei se vocês lembram, mas o incentivo ao consumo o incentivo ao crédito; até mesmo os programas de transferência de renda; o controle de taxas de juros; a isenção de impostos para carros... enfim, que nós tivemos durante alguns anos, tudo isso foram medidas para tentar manter os brasileiros consumindo bastante internamente. Só que essas duas medidas falharam absurdamente: o Brasil foi o país que teve a maior queda na exportação entre as trinta maiores economias e esse “bum” do consumo interno, na verdade, não aconteceu no nível em que se esperava... então, esses dois vetores foram decisivos

na entrada do Brasil, ou seja, na “marolinha” que virou *tsunami* e o Brasil, finalmente, de modo infeliz, é absorvido por essa crise. E o que acontece? A política social aparece como principal rebatimento nas consequências da crise que chega para o Brasil, porque o Brasil entra na crise e sobrevêm, como o conselheiro Paulo falou, o golpe. Vem uma crise de sustentabilidade do Governo, porque, na verdade, o governo Lula consegue manter durante a sua gestão, um pacto de conciliação de classes que ele não consegue mais sustentar; passa a bola para Dilma. Só que Dilma não consegue ter essa articulação com os dois campos, com o pacto de classe que estabelece ainda nas primeiras gestões do governo PT e esse pacto de conciliação de classes faz água e é onde sobrevêm o golpe e ela é destituída. Nesse momento a crise está no seu período extremamente intenso e sobrevêm as medidas de ajustes neoliberais com toda a sua força.

Então, que medidas são essas? São as medidas mais intensas possíveis e que cominam com a implantação imediata, por isso que a gente vê ganhos que foram gestados durante décadas serem cortados, serem eliminados muito rapidamente. Se a gente fizer uma análise no período do primeiro ano do governo Temer, por exemplo, o que se perdeu em termos de direitos sociais. Então, uma agenda que corre velozmente com a justificativa de que é preciso uma intervenção muito rápida e intensa para que se consiga compensar os efeitos dessa crise e o principal alvo, um dos principais alvos, na verdade, para além de uma agenda econômica é o corte de despesas acessórias como se diz e uma despesa acessória são as políticas sociais com o destaque para as políticas públicas.

E o que são essas políticas? É preciso que a gente entenda que a política social é uma resposta do Estado para enfrentar o que a gente chama de questão social. Essa questão social é definida como um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora por ocasião, da instauração do

modo de produção capitalista, no cotidiano é a manifestação da contradição capital trabalho, ou seja, todas aquelas consequências colocadas pela emergência da classe trabalhadora no processo de pauperização da relação capital/trabalho, ou seja, todas aquelas manifestações que sobrevêm advindas da pobreza, certo? Então, precarização das relações de trabalho, ausência de políticas públicas... já que é o alvo do nosso debate aqui, o trabalho dessas(es) profissionais, incluído o psicólogo, se dá, não nessa condição estrutural, não no que gera todas essas manifestações, mas sim, nas refrações dessa questão social, ou seja, a política social é gestada e dentro dela a política pública, ela é gestada para trabalhar nas franjas da questão social, nos rebatimentos da questão social e não na sua base, na sua estrutura. Essa estrutura não é atacada no modo de produção, ela não é atacada pela política social, não é atacada pela política pública, ou seja, todo trabalho que se faz, os psicólogos, como operadores da política, trabalham nessas franjas e o que nós fazemos com o psicólogo trabalhando em situações, em políticas públicas que não atacam as condições que geram essa desigualdade, por exemplo. Então, essa é uma questão que a gente precisa debater como operadores dessa política.

Pensando que essa política é gestada dentro de uma lógica que não visa eliminação da pobreza e considerando essa agenda neoliberal que vem exatamente para restringir direitos; para eliminar direitos, para restringir direitos, enfim, para retirar, inclusive, o papel de Estado; substituir o papel do Estado, por exemplo, pela sociedade civil, com incentivo, com retorno triunfal das ONGs, inclusive, substituindo fortemente o estado na prestação de serviços, está aí o programa Criança Feliz, que tinha um orçamento de 600 milhões de reais, com previsão para chegar a um bilhão de reais em 2018, enquanto a gente teve corte, por exemplo, na assistência social em alguns programas de mais de oitenta por cento, como foi o caso da proteção

social básica.

Existe uma mudança de foco da política social para uma política social cada vez mais minimalista, cada vez mais focalizada em que a gente precisa comprovar a pobreza para poder acessar essa política social, ou seja, uma política social que, de universal ou de universalizante, ela passa a ser cada vez mais restrita, cada vez mais focalizada, cada vez mais seletiva. Qual é o problema disso? Os dados do Banco Mundial para o Brasil, em 2017, mostram que até o final do ano, ou seja, até o mês que vem, cerca de dois milhões e meio de brasileiros vão cruzar a linha da pobreza. Nós temos aí uma população que cada vez vai ter menos acesso à política pública e uma população que fica cada vez mais pobre, ou seja, a gente vai ter um número maior de pessoas desassistidas e uma política mais restrita. Para nós, psicólogos, esse é um problema grande, porque a gente vai ter... Para nós psicólogos, não! Para os trabalhadores das políticas públicas, porque nós vamos ter uma demanda muito maior de pessoas em políticas públicas mais precarizadas. E a lógica da política não é mais uma política pública voltada para as pessoas em situação de pobreza. Ainda que, por exemplo, o SUS, seja uma política universal, nós sabemos claramente que ela não é uma política universal na sua operacionalização; ela não é uma política universal.

Pensemos aqui quantos de nós ou de conhecidos nossos que acessam exclusivamente o SUS, por exemplo. E o discurso agora é retirar as pessoas da situação de pobreza extrema. Ou seja, o foco agora é o trabalho voltado para os mais pobres dentre os pobres. Há agora uma lógica de combate exclusivo à fome e não mais a garantia de mínimos sociais, como já se discutiu ainda nos movimentos sociais da década de oitenta, que culminaram com a Constituição de 1988, e com a garantia dos mínimos sociais garantidos lá na Constituição.

E a segunda consequência importante, que o Conselheiro Paulo falou com muita propriedade, é a substituição de um

Estado de bem-estar social que, embora nunca tenha havido no Brasil, a gente sempre defendeu os seus princípios, certo? E a gente defende isso pela lógica da defesa intransigente dos direitos humanos por um Estado Penal, um Estado que, cada vez mais, criminaliza a pobreza. É o Estado que faz com que cada vez mais surja um forte sentimento antipovo, antimassa, racista, discriminador, punitivo, que faz com que se possa ir a público dizer que “bandido bom é bandido morto” e você seja aplaudido por conta disso; que faz a justiça com as próprias mãos, fazendo disso é uma coisa legítima. Enfim, coisas desse tipo, que a gente começa a naturalizar. Ou seja, se perde totalmente os princípios do que é o humano.

Esse é um elemento que é extremamente preocupante, principalmente quando a gente vai trabalhar com política pública. Afinal de contas, quais são os princípios que passam a reger a sociabilidade? Então, esse é um elemento extremamente importante e que está por trás hoje da discussão da política social nesse modo de produção que eu chamo atualmente de capital barbárie. E como a gente discute a Psicologia nesse cenário? Primeiro, quem é o alvo da política social hoje? A gente tem aí a população mais tradicional que a gente conhece, que é uma população ligada à ruralidade, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos, indígenas, refugiados, população em situação de rua, jovens, adolescentes em conflito com a lei, pobres extremos, enfim... população negra, LGBT... Mas a gente tem uma nova população que é uma população que, anteriormente, não era usuária tradicional da política pública, que é a população, que, por exemplo, no Rio de Janeiro, passou a residir na rua, porque é uma população que saiu do mercado de trabalho e não conseguiu mais se inserir; pessoas, inclusive, com formação graduada. Então, esses novos pobres só fazem aumentar e fazer com que a característica dessa população seja cada vez mais diversificada.

Então, cabe aos psicólogos uma demanda agora que é

extremamente variada e que é um desafio para os profissionais que estão na ponta das redes, das diversas redes que compõem as políticas públicas. E os profissionais continuam trabalhando nessas franjas da questão social, ou seja, na operação, no cotidiano da política pública, nas condições extremamente difíceis que compõem, que caracterizam esse trabalho. Na verdade, nessa lógica de uma assistencialização cada vez mais minimalista, focalizada, pontual, com discursos como da intersectorialidade não se sustentam mais, porque é um grande desafio falar de intersectorialidade quando a gente tem políticas que estão cada vez mais fragilizadas.

Eu acho que o discurso da assistência social que, cujo financiamento, se se mantiver dessa forma, nós não teremos assistência social mais. Então, falar de intersectorialidade, falar de rede é inútil nesse momento, pelo menos, eu acho que a luta agora é para tentar manter, pelo menos, a política pública. E existe uma pressão, inclusive, para um retorno à psicologização de problemas sociais ao papel da(o) psicóloga(o) como pacificadora(or), como controladora(or), como rotuladora(or) e como, de uma certa forma, um auxílio à criminalização da pobreza. Então, há um lugar da(o) psicóloga(o) como um suporte para esse novo modelo de Estado, para esse retorno a esse estado extremamente conservador, criminalizador, tutelar, enfim...

E a Psicologia, a gente sabe que a ela tem uma conta histórica para pagar. Ela já ajudou muito em processos de tortura, a gente sabe disso. Inclusive, a Psicologia brasileira tem uma história que a gente tem essa dívida e é preciso que a gente tenha cuidado, porque ainda hoje somos convocados e muitos de nós ainda faz isso: práticas socioeducativas que são institucionalizantes, que são normatizadoras.

Sabemos que não somos só uma Psicologia e temos relatos disso, seja porque muitos de nós acreditamos nessas práticas, seja porque nós somos forçados de alguma forma a fazê-las e não conseguimos espaços ou não frequentamos espaços que

debatam e que nos deem suporte para que a gente faça frente a essas outras posturas nesses serviços públicos, porque esses serviços agora, principalmente, com essas novas formas de desregulamentação das relações trabalhistas, nós temos uma nova forma de precarização do trabalho, que é o trabalho por hora. E cada vez mais nós temos formas de sermos coagidos a fazer o que se espera que nós façamos, e não o que a gente acredita que deve fazer. Então, são elementos de contexto que eu acho que nós vamos precisar trabalhar para além do que é a Psicologia como ciência e como profissão, e são elementos que eu acredito que são de contexto e que a Psicologia vai precisar fazer enfrentamento com relação a isso também. E nós psicólogos somos convocados a atuar como mão de ferro do Estado. Vejam aí coisas, temas que são extremamente complexos, como, por exemplo, exame criminológico, avaliação para progressão de pena, depoimentos sem dano, parecer social, coisas que são extremamente polêmicas que cabem aos psicólogos responderem, inclusive, para decidir se a pessoa vai ser livre ou se não vai ser livre. São coisas extremamente complexas e que a gente acaba ou por não ter forças, porque você está numa situação em que você é coagido, — no sistema prisional, a pressão é extremamente grande. Existem relatos de profissionais que trabalham dentro do sistema prisional que estão com presos com o agente penitenciário do lado, armado, o profissional trabalha nesse tipo de situação e a gente termina agindo como mão de ferro do Estado mesmo. Então, como a gente pode se organizar para fazer frente a essas situações? Então, não se trata apenas de uma questão pessoal, se trata de uma questão da categoria mesmo, como que a categoria pode se organizar para discutir mais amplamente essas questões. Ou seja, é uma questão da categoria, mas é uma questão do contexto mais amplo também, a gente tem um contexto que tem forçado as profissões de uma forma geral a entrar nessa onda que é uma onda extremamente criminalizadora e

punitiva. Então, para além da Psicologia é preciso discutir essas práticas no âmbito da sociedade como um todo, e as perspectivas que escapam a esta lógica são extremamente, sofrem, digamos, muita resistência.

Psicólogos são ameaçados de morte, são demitidos... Estou falando de coisas que eu vejo... de psicólogos que precisam sair de serviços, porque são ameaçados de morte, porque pensam diferente, porque eles não fazem o que o seu gestor quer, o que o prefeito do município quer, ou porque o prefeito acha que ele vai querer concorrer a um cargo público, porque ele é muito legal e a comunidade gosta dele. Então, ele se sente ameaçado, coisas do tipo. E pensando do ponto de vista da profissão, sabemos que não há um projeto ético-político que seja a bandeira da profissão, um único projeto ético e político.

A Psicologia é uma categoria em disputa. Nós, aqui, acreditamos que, principalmente, quem está dentro do CREPOP, quem trabalha com políticas públicas acredita, tem algumas premissas para o trabalho. Mas nós não somos homogêneos. A gente tem uma série de colegas que têm questões teóricas, epistemológicas, metodológicas que são muito questionáveis na minha avaliação, que defendem modelos de sociedade, que, não necessariamente são os modelos que nós defendemos. E essa Psicologia, essas psicologias têm projetos societários que estão disputando com os nossos.

E a práxis da(o) psicóloga(o) nesse contexto como fica? Eu penso o seguinte, a meu ver, a práxis, necessariamente, precisa transformar a sociedade e a natureza obviamente ao mesmo tempo que nos transforma. Então, eu acho que a práxis é uma coisa que é uma via de mão dupla. Então espaços de discussão teórica só são importantes se eles tiverem uma interação com a prática.

Então, essa coisa de ficar só na discussão acadêmica ou só uma discussão prática, eles acabam se perdendo no vazio. Então, necessariamente, essa articulação para mim é

imprescindível. A práxis diz também de uma finalidade que é de um fim que não está dado. Então, é uma coisa que está por construir. Por isso que eu acho que espaços como esses, espaços como os que vão existir à tarde, eu acho que eles são extremamente importantes para se pensar nessas possibilidades. E, portanto, eu acho que práxis envolve ação, e na concepção do que nós discutimos aqui, eu acho que envolve ação política. Eu acho que envolve ação de resistência. Eu acho que envolve ação de organização, envolve ação de militância. Não digo, necessariamente, de política partidária, mas também, enfim... necessariamente, eu acho que envolve coletivos. E o que nos é possível como profissional em tempos de capital-barbárie. Eu trago aqui um trecho de um marxista chamado Ivan Mesarus, que eu acho que, independentemente dessas perspectivas teóricas e desses projetos societários em disputa no campo da Psicologia, eu acho que existe um elemento que pode nos unir e que pode constituir a base da construção de algo que a gente possa defender. Então, ele pensa o seguinte: enquanto nós estivermos nessa sociedade que criminaliza a pobreza, que criminaliza as pessoas pelo seu tom de pele, pela sua condição socioeconômica, pela sua orientação sexual; enquanto o livre desenvolvimento das individualidades estiver distante como está, nós precisamos atuar na defesa intransigente de uma cultura de direitos humanos. Então, a base, o mote da Psicologia precisa ser, pelo menos, na minha percepção, uma cultura de defesa intransigente dos direitos humanos, sem perder de vista, obviamente, um projeto emancipatório. A gente precisa lutar por uma sociedade, em que as pessoas, em que os homens não explorem uns aos outros, mas que eles se vejam como iguais. Então, mesmo que existam divergências teóricas é preciso que se lute, que se defenda eminentemente os direitos humanos. Que se defenda eminentemente os direitos sociais. É essa perspectiva, é esse o caminho que eu consigo enxergar, pelo menos, para o

campo da Psicologia, independentemente desses projetos societários. Talvez, algo da Psicologia fique de fora ainda.

Mas eu acho que se a gente pensa nessa defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais, eu acho que a gente consegue unir, eu acho que a gente consegue, pelo menos, uma unidade na diversidade. E aqui elementos envolveriam essa construção de uma práxis comprometida com a defesa dos direitos humanos. É óbvio que a gente precisa de uma análise de contexto histórico. Eu acho que o Paulo mostrou isso. Eu acho que eu mostrei um pouco disso. Acho que a gente mostrou um pouco dessas condições políticas, institucionais. Eu acho que a gente não pode fechar os olhos para isso. Eu acho que essas coisas constituem limites, mas também constituem possibilidades de a gente encontrar fissuras nesses campos, de a gente procurar brechas para conseguir implantar projetos alternativos, obviamente, inclui as iniciativas pessoais, certo? É possível que a gente precise buscar se organizar. A gente precisa procurar se aproximar dessas discussões e, sem dúvida, a organização da profissão, e eu acho que a organização da profissão, os espaços são esses. Eu acho que o Conselho tem um papel decisivo e tem promovido espaços, tem promovido muitos espaços para que esses debates aconteçam. Então, eu acho que estar nesses espaços é essencial, inclusive, para potencializar as nossas ações e para a gente perceber que nós não estamos sozinhos, porque o cotidiano do trabalho é tão pouco potente diante de tantos revezes que a gente encontra, que discutir alternativas, estar com os outros e construir estratégias conjuntamente... eu acho que é um elemento extremamente importante. E quem sabe pensar na construção desse projeto ético-político, na defesa desses direitos humanos. Que a gente sabe que a gente não vai, nós sabemos que nós não vamos acordar uma única abordagem teórico-metodológica; a Psicologia nunca vai conseguir ter consenso em uma abordagem teórico-metodológica; sabemos que não vai ser toda e

qualquer psicologia, com certeza.

Sabemos que existe uma ideologia predominante que a gente precisa fazer frente como cidadãos antes de sermos psicólogos; sabemos que existe uma dimensão ética e uma dimensão política na nossa ação, é preciso atentar, ter sempre no horizonte a serviço de quem está à nossa prática. Quando eu falo em dimensão política, não falo em dimensão político-partidária. Eu falo exatamente de uma reflexão acerca de a quem nós servimos. Se somos trabalhadores da política pública, nós estamos servindo a quem? Estamos servindo ao Estado, lembrando que esse Estado é um Estado neoliberal; é um Estado que não está visando a eliminação da pobreza; ele não está visando a garantia de direitos sociais, especialmente no momento atual. Então, a serviço de quem nós trabalhamos? E essa reflexão vai se dar exatamente por meio dessa práxis, que é a reflexão cotidiana sobre a nossa prática. Eu não vejo outro caminho para Psicologia ou para qualquer outra profissão que esteja no campo da política pública e, principalmente, a Psicologia, que é um campo tão cheio de diversidade, que não comece por aí e é imprescindível que a gente compreenda as determinações desse cenário, não é mais tempo de ingenuidade, então, a Psicologia precisa se organizar, se manter organizada e elevar seu nível de organização e, principalmente, se organizar não só mais como categoria, mas também se organizar dentro de outros campos, com outras categorias profissionais em direção a um projeto societário mais amplo. Eu acho que se começa por aqui, mas se a gente entende que esse contexto macro-estrutural é um contexto que, realmente, está se agravando em um nível que tem engessado de forma significativa o nosso trabalho, as nossas ações em defesa dessas garantias, desses direitos sociais e desses direitos humanos, é preciso que a gente saia da Psicologia; amplie essa organização da Psicologia com outros cenários, com outros grupos, com outros movimentos,

seja de outras profissões, seja de outros campos. E discutir a possibilidade desse projeto ético-político é ter essa análise muito clara, porque é essa análise que vai nos dizer quais são esses limites e, principalmente, esses limites do nosso trabalho, esses limites do nosso contexto, o que esses limites nos colocam e como que a gente pode enfrentar esses limites e que respostas nós estamos dando para essa conjuntura, nós estamos servindo essa conjuntura, nós estamos respondendo essa conjuntura de que forma? Que respostas técnicas nós temos dado? Que respostas políticas nós temos dado para esse cenário muito mais amplo? Porque durante muito tempo, a história da Psicologia mostra que, durante muito tempo, nós servimos a um grupo, a uma elite. Então, muito mais recentemente na história da Psicologia, nós começamos a pensar efetivamente e a defender um outro projeto político. Então, somos relativamente jovens na defesa de um projeto de classe e de uma classe que não era uma classe dominante e eu acho que nós avançamos muito nessa direção, precisamos continuar avançando. Então, para finalizar, eu só queria deixar essa mensagem que diz, nós nos pedimos com insistência, nunca digam: “Isso é natural”, diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza... Não diga nunca “Isso é natural”, a fim de que nada passe por imutável. Obrigada.

# ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA E IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Solange Maria Teixeira

## 1 Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a conjuntura política brasileira, com ênfase para os impactos na esfera das políticas públicas, em especial, as de seguridade social, cenário que permite compreender e aprofundar o debate sobre envelhecimento e políticas sociais em conjuntura de crise e contrarreformas. Para a apreciação crítica da conjuntura política atual, propomos uma perspectiva não convencional, se comparada com as realizadas por intelectuais burgueses, quando discutem a conjuntura como fenômeno episódico, isolado e localizado de movimentação de forças e atores políticos, e, portanto, de novas questões na arena pública.

Para a consecução do proposto, adotamos o método da economia política materialista-marxista, compreendendo os fenômenos políticos como elementos da super-estrutura, e que, portanto, não podem ser estudados de forma isolada ou desarticulada da estrutura econômica, da infraestrutura ou da base.<sup>1</sup> Isto porque há uma relação nitidamente orgânica entre

---

1 Como destaca Poulantzas (1985, p. 21), “[...] um modo de produção não é um produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuiria previamente, ao se relacionar, uma estrutura tangível. É o modo de produção, uma unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma.”

super-estrutura e base econômica. Assim, as políticas públicas, na condição de “Estado em ação” e de sistema de proteção social não possuem autonomia, nem explicativa nem existencial em si mesma. Sua autonomia é sempre relativa e a compreensão de sua complexidade se dá apenas quando inseridas e explicadas na totalidade social. Buscamos sua essência para além da aparência fenomênica e do modo do aparecer social, remetendo-nos à compreensão do que ocorre na economia em suas relações orgânicas com a política.

Assim, compreender os desmontes das políticas sociais contemporâneas; o que se dá nesse campo; quais as determinações desse desmonte; de onde ele se origina; quais são os elementos que o impulsionam; como isso aparece no momento político presente; quando e o porquê; e qual projeto societário está envolvido nesse processo; direcionamentos e interesses hegemônicos dessa ampla conjuntura; remete-nos a apreender o que ocorre no campo econômico, em sentido amplo.

Marx (1968), nas várias obras que compõem “O Capital”, explica o fator predominante na produção de riquezas, em que  $D$  (= dinheiro, que compra matéria-prima, força de trabalho, maquinário e o que se faz necessário para a produção) gera  $M$  = mercadoria, produzida pela força de trabalho. Sua fonte de lucro é o sobretrabalho não pago, o qual, nos procedimentos de circulação, se materializa nas vendas e permite chegar ao  $D'$ : dinheiro inicialmente aplicado na produção somado ao lucro. Todo o processo caracteriza o capital produtivo hegemônico até os anos setentas, século XX.

Na fase do capitalismo contemporâneo, vivenciamos a hegemonia de uma lógica em que  $D$  dá origem a  $D'$ , que, se devidamente reaplicado, gera mais dinheiro, que corresponde ao capital financeiro. Porém, antes de afirmar que os autores que trazem à tona essa discussão invalidam a lei do valor e de que toda fonte de riquezas é trabalho explorado,

é essencial compreendermos como funciona o novo capital industrial reestruturado, que continua se alimentando da mais-valia produzida pelos trabalhadores e que se aplica em ações e, por conseguinte, movimenta o sistema bancário e investimentos diversos. Logo, articula-se com o capital financeiro. É a fonte de onde sai o capital que se aplica e que parece ganhar autonomia na reprodução do dinheiro e que não depende do que vem do campo da produção. Na verdade, produção e circulação mantêm relações orgânicas, embora, na aparência, serviços, comércio e setor financeiro pareçam possuir vida própria. No entanto, constituem um todo e geram condições de reprodução ampliada para o capital.

A lógica do capital financeiro e do capital industrial reestruturado modifica as condições de produção, agora, flexibilizadas e com menos trabalhadores, além de ampliarem os investimentos que reproduzem o capital financeiro. As mercadorias não somem, mas o total de trabalhadores estáveis (proletariado) é reduzido e eles se transformam em estáveis e instáveis (terceirizados, subcontratados, precarizados) e desempregados. O capital financeiro (capital portador de juros) dos bancos, dos fundos de pensão e outros investimentos ganha centralidade, de modo que o dinheiro continua, cada vez mais, sendo replicado e triplicado.

Para Chesnais (1996, 2005), os principais agentes do processo de financeirização são os grupos de industriais transnacionais e os investidores institucionais e tradicionais, a exemplo de bancos, companhias de seguros, e os atuais fundos de pensão e sociedades financeiras de investimentos coletivos. Estes tornam-se credores do Estado e proprietários acionários das empresas e passam a atuar independentemente delas ou a elas associados.

Perguntamos: Como tudo isso vai intervir nas políticas públicas? Como vai afetar o mundo do trabalho? Quais as implicações na conjuntura? São respostas que buscamos discutir ao

longo do capítulo, identificando suas determinações num processo mais amplo, como expressão de uma totalidade. Decerto, análises de conjuntura descoladas dessa base conduzem a certo idealismo ingênuo, deixando a dialética invertida ou de cabeça para baixo. Neste caso, a conjuntura política seria avaliada sem qualquer relação com as condições de existência, as condições de produção e de reprodução do capital e, de maneira específica, com o atual modelo de acumulação capitalista.

## 2 Expressões da Superestrutura e da Conjuntura Contemporânea

No contexto mundial em vigor, registram-se dois fenômenos fundamentais: o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Ambos compõem e são expressões do que os analistas denominam de nova direita, que conquista crescentes adesões e se expande em diferentes países. São manifestações dessa nova direita que asseguraram a surpreendente vitória de Donald John Trump, nos Estados Unidos da América e/ou de partidos políticos ditos de centro, mas que defendem o neoliberalismo, como o que venceu as eleições na França, colocando na Presidência Emmanuel Macron, filiado ao partido *En Marche!*

Há, ainda, o registro de sucessivos primeiros ministros de extrema direita na Inglaterra; do avanço da ala direitista na Alemanha; de flagrantes ameaças dos partidos de direita vencerem em nações, como Suíça e em territórios do norte europeu, onde, até pouco tempo, prevalecia a hegemonia dos partidos sociais democratas. Os partidos de direita nesses países avançam ao propor barrar o movimento de entrada em suas fronteiras de migrantes ou de deixar a União

Europeia (UE). No Brasil, eis o governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia em meio a uma linha neoliberal clássica, além de Jair Messias Bolsonaro, militar da reserva e político do Partido Social Liberal (PSL), como Presidente eleito.

Ao neoconservadorismo, que defende a manutenção do *status quo* da ordem hegemônica, não da velha ordem, mas a posta pelo capitalismo contemporâneo, se soma o fenômeno do neoliberalismo. Então, a nova direita é exatamente o que Alves (2000) nomeia como um “guarda-chuva”, que abriga várias correntes, com diferenças entre si, porém, não antagônicas e com elementos em comum. Trata-se de novo projeto societário da burguesia, na fase contemporânea do processo de acumulação, que avança rumo a uma nova super-estrutura ou atualizando os elementos superestruturais em consonância com as determinações do modelo de acumulação e de suas necessidades extraeconômicas, mas a elas diretamente relacionadas.

Essa nova super-estrutura manifesta-se na direção de maior adesão popular aos partidos políticos conservadores, de movimentos intelectuais e de círculos de cientistas em defesa da pós-modernidade, como também de movimentos sociais parceiros do Estado, de práticas profissionais conservadoras, na esfera da mídia e do Poder Judiciário, segmentos ditos “neutros”, dentre outros. Então, a super-estrutura expressa-se em âmbito bem amplo, porque abrange elementos políticos, ideológicos e jurídicos. Trata-se do novo modelo super-estrutural demandado pela nova estrutura, o novo modelo de acumulação capitalista. Como Poulantzas (1985, pp. 31-32) ressalta:

[...] estando as relações político-ideológicas desde já presentes na formação das relações de produção, desempenham um papel essencial na reprodução, e, desse modo, o processo de produção e exploração é, ao mesmo tempo, processo de reprodução das relações de dominação, subordinação política e ideológica.

Entretanto, o neoliberalismo não é tão somente uma doutrina econômica. É de natureza política-ideológica:

[...] o neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais promovido, liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas HARVEY (2014, p. 42).

E também compõe essa super-estrutura, caracterizada pela defesa do livre mercado, da moeda estável, da liberalização econômica, da privatização de atividades econômicas e lucrativas — antes sob gestão estatal — do Estado mínimo, da liberdade negativa, na acepção daquela que requer a liberdade, mas com a manutenção de direitos individuais, que independem do Estado. A tudo isso, soma-se a lógica do neoconservadorismo, que traz consigo o ressurgimento de ideias e valores aparentemente ultrapassados, mas que reaparecem no cenário atual como os valores de disciplina, ordem, propriedade privada, família patriarcal (heterossexual e com filhos para exercer as funções precípuas de proteção, socialização, educação), patriotismo, bons costumes e moral fundamentalmente conservadora.

Desse conjunto, manifestam-se novamente discursos e práticas de ódio, discriminação, perseguições, repressão e violências físicas e psicológicas aos diferentes, como migrantes, pessoas com orientação sexual homoafetiva e outros segmentos. Registramos, ainda, a criminalização dos pobres e de seus movimentos, com a premissa de que são apenas indivíduos preguiçosos, sem méritos, sem capacidade de vencer pelo trabalho, como se tudo fora apenas uma questão meramente individual, ou seja, de vontade ou não vontade, de competência ou incompetência.

Em suma, a nova direita mantém elementos comuns. Dentre eles, estão ideologias contrárias à universalidade ou à universalização de políticas públicas, defendendo proteção social residual aos estritamente pobres. Então, reaparecem as ideologias fincadas na meritocracia, na ideia de justiça social como igualdade de oportunidades e não também como resultado final igual. Obviamente, a crítica mais contundente é ao Estado Intervencionista.

Nessa situação, inserem-se as reformas ou as propostas de reformas regressivas das políticas sociais, as quais ganham legitimidade social ancoradas na noção de crise econômica, crise fiscal do Estado, e, portanto, de crise política. A saída, então, é a redução do Estado e de seus gastos sociais. Na verdade, as reformas nitidamente regressivas encontram terreno fértil nos últimos anos, diante da crise econômica mundial, que se impõe como crise do capitalismo. Nesse momento, precisamos rever quais as motivações que justificam a expansão dessa nova direita, mediante a imposição de nova super-estrutura política, ideológica e jurídica. É preciso que revisitemos a estrutura, uma vez que é de lá que saem os elementos determinantes da super-estrutura. Na análise consistente da atual conjuntura, é preciso entender o que vem se passando no âmbito da estrutura: então, o que ocorreu com ela?

### 3 Determinantes das Mudanças Super-estruturais Contemporâneas

A raiz das mudanças advém da crise capitalista mundial na segunda metade da década de setenta, século XX, impulsionada por vários fatores, tais como o aumento do barril do petróleo; sistemas de taxas fixas de câmbio; aumentos reais

de salários; força crescente dos sindicatos; e crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social; queda das taxas de lucros; baixo consumo e super-acumulação com poucas possibilidades de reinvestimentos. Vale ressaltar, que a crise capitalista é uma crise cíclica, inerente ao seu modo de funcionamento e às suas leis, como a da concorrência entre capitalistas:

As crises estão não apenas inscritas no seio da contradição fundamental capital/trabalho, mas preenchem igualmente um papel orgânico na reprodução do capital. Estas crises funcionam também como purgações periódicas do capitalismo, quer dizer, como o desenvolvimento concentrado e ‘selvagem’ das contra tendências à baixa tendencial da taxa de lucros (POULANTZAS, 1977, pp. 4-5)

Portanto, a crise não é uma disfunção do capitalismo. É ela sistêmica. Acontece de tempos em tempos. Nas fases de expansão, ocorrem superprodução, super-acumulação e baixa capacidade de ampliar as margens de lucros pelas limitações no consumo,<sup>2</sup> o que acarreta crises, recessão, estagnação e consequentes saídas da crise, com investidas para a retomada da expansão. As distâncias entre as etapas do ciclo têm decrescido. Foram “trinta anos gloriosos” de crescimento. Mas, desde os citados anos setentas, as crises vão e voltam. E mais, os ciclos de recuperação são curtos, e, conseqüentemente, não conseguem reestabelecer a recuperação do desenvolvimento, do produto interno bruto (PIB) dos países, do emprego e do consumo, o que demonstra que esse capitalismo é destrutivo e o neoliberalismo não representa

---

2 Segundo Mandel (1990, p. 217), as crises capitalistas são de superprodução, super-acumulação, subconsumo e queda da taxa de lucros: “Se existe uma ‘super-acumulação’, não é fundamentalmente em função do fato de que o Estado tenha ‘ajudado muito’ os monopólios ou de que estes ‘orientaram mal’ os investimentos. A razão fundamental é que o conjunto da mais-valia produzida não permite valorização suficiente do conjunto dos capitais.”

uma saída para reavermos o avanço econômico e social, embora seja bastante importante para o processo de concentração e de centralização do capital em poucas mãos.

As saídas para a crise vêm sendo implementadas desde os anos oitentas, século XX, com investimentos em tecnologias, reestruturação produtiva para reduzir custos, flexibilização da produção e das formas de contratação, dando origem ao fenômeno de descentralização e/ou à indústria em redes. Para conquistar mercados, formam-se blocos econômicos que modificam significativamente a geografia mundial, como União Europeia -UE; *North American Free Trade Agreement*/Tratado Norte-Americano de Livre Comércio ou NAFTA (integra EUA, Canadá e México); Comunidade Andina (denominada de Pacto Andino desde sua instituição em 1969 até 1996), e que reúne as nações sul-americanas Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; e ainda o Mercado Comum do Sul ou Mercosul, organização intergovernamental fundada com base no Tratado de Assunção, ano 1991. São blocos econômicos que vêm dominando o mercado mundial e consolidando nova ordem mundial, globalizada, financeirizada e neoliberal.

Como decorrência, a nova ordem mundial instaura um novo modelo de acumulação, denominado por Harvey (2017) de acumulação flexível,<sup>3</sup> ou de acumulação financeirizada,<sup>4</sup> por Chesnais (2005), devido às formas como o capital

---

3 “A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novos mecanismos de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2017, p. 140).

4 “Por acumulação financeira, entende-se a centralização em que instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (CHENAIS, 2005, p. 37).

acumulado vem sendo aplicado mais e mais em investimentos, ampliando a margem de superlucros do capital bancário, dos fundos de pensão, das agências de investimentos, as formas de reprodução em nível de serviços, dentre os quais, estão os sociais – como educação, saúde, previdência social e outros. A indústria reestruturada reduz a força de trabalho empregada, polarizando e fragmentando a classe trabalhadora com processos de terceirização, que conduzem à ampliação de um exército de desempregados e ao desemprego de longa duração e estrutural, como resultado da extinção de postos de trabalho, autonomização e utilização de tecnologias de ponta, que economizam o trabalho vivo em detrimento do capital morto.

O novo modelo de acumulação engendra e exige para sua reprodução, consolidação e expansão, uma nova forma de regulação social, que representa atualização da super-estrutura política, ideológica e jurídica, aquela antes citada, de fundamentação neoliberal e neoconservadora. Demanda novos papéis e funções do Estado. Este prossegue criando as condições gerais de produção, mas, agora, noutra dimensão. Diminui sua intervenção direta na economia. Estabelece novos espaços de reprodução ampliada do capital, através de privatizações, criando estabilidade monetária, com disciplina orçamentária e redução de gasto social, com reformas fiscais e demais iniciativas que visem incentivar agentes econômicos, atrair capital, além de afiançar credibilidade e governabilidade.

A aceitação dessa linha ideológica acontece em meio à difusão da cultura da crise, inclusive colapso fiscal do Estado, crescente desemprego e altas taxas de inflação. E a promessa neoliberal da retomada do crescimento econômico e da revitalização do processo de acumulação serve como sistema de justificação para medidas de austeridade e de sua legitimação.

A entrada de muitas nações em desenvolvimento e sua adesão ao ajuste estrutural à essa nova ordem mundial efetiva-se, quando da solicitação de empréstimo, negociação e/

ou renovação das concessões já adquiridas junto aos bancos internacionais. Consolida-se, assim, a aderência às diretrizes neoliberais. São exemplares o ajuste estrutural na América Latina, na Rússia e países do leste europeu nessas condições. Na Europa países como Grécia, Portugal, Espanha tiveram que adotar as diretrizes neoliberais como condição para inserção ou para manter-se na União Europeia. É o grande capital ditando a política macroeconômica e social no mundo. Isto porque a inserção dos países na divisão internacional do trabalho é diferenciada. Há países hegemônicos. Há aqueles que estão num patamar de segunda categoria, dentre os que estão em fase de desenvolvimento e que, assim, são dependentes e a eles é imposto um ajuste estrutural neoliberal ortodoxo.

A reestruturação produtiva nas indústrias remete a novas formas de gestão do trabalho e de organização para a produção, como também a formas ditas “inovadoras” de contratação. Tal fato implica pressões contínuas dos capitalistas por reformas trabalhistas e incremento da terceirização, não só em atividades meio mas, também, em atividades-fim. A reforma tributária com o intuito de reduzir a tributação sobre as empresas, a reforma da previdência social e demais medidas integram um projeto societário, não é questão específica do cenário brasileiro.

Então, o atual modelo de acumulação capitalista, globalizado, reestruturado e financeirizado, busca novas formas de legitimidade, ideologias e consensos para se expandir mundialmente. São estratégias que pretendem avalizar níveis elevados de aceitação, instituindo condições objetivas para a legitimidade de reformas e ideologias neoliberais, que, organicamente, se articulem com a estrutura econômica vigente e cunham condições subjetivas, culturais, ideológicas e políticas para a acumulação nessa atual etapa de história do capitalismo no mundo e no país. No modelo de acumulação flexível e financeirizado em discussão, sua

legitimidade está em oposição àquela que deu sustentação ao pacto fordista/ keynesiano, responsável pelo advento de sistemas de proteção social ou de políticas públicas universalizantes, garantidoras de direitos de cidadania, além de implantadas, implementadas e geridas pelo Estado.

A ideia que se propaga é a da responsabilidade de todos os cidadãos pela saída da crise. Isto é, todos devem/têm de contribuir, atuando como agente de proteção social em parceria com o Estado. A proteção social, nessa lógica, não pode ser dever exclusivo do Estado e dos governantes. Deve assumir a natureza de rede, na qual todos os setores colaboram, incluindo família, escola, Igreja, comunidades, organizações não-governamentais (ONGs), mercado e o Estado, no caso restrito das políticas públicas direcionadas aos estratos sociais mais pobres. É a retomada de valores liberais e conservadores, mas sob nova determinação, nos moldes do capitalismo contemporâneo. É o que Pereira-Pereira (2010) denomina de pluralismo do bem-estar social; Teixeira (2008), de *mix* público/privado; Vianna (2005), de *Welfare Mix*.

Então, as formas de legitimidade ora introduzidas preveem a corresponsabilidade de todos, além da cooperação e da necessidade de redução de gastos públicos e do tamanho do Estado. Demandam mudanças nas formas de gestão pública para os governos serem mais eficientes, eficazes e efetivos, gastando menos e fazendo mais e melhor pela sociedade. Eis, pois, o discurso ideológico apregoado nos dias de hoje. Isto é, a lógica capitalista em uso busca difundir consenso de que é necessário desregulamentar o Estado, haja vista que o Estado Intervencionista é apontado como a raiz principal das crises econômica, fiscal e política. Todavia, como destaca Oliveira (1998, p. 24), as teses da crise do Estado ou da crise fiscal são adotadas para reduzir a fatia do Fundo Público destinada à reprodução da força de trabalho sem questionar sua utilização máxima na reestruturação do capital, o que revela,

“[...] um indisfarçável acento ideológico na crítica à crise.”

Mas, por que não interessa mais ao capital a legitimidade das políticas públicas universalizantes e da proteção social pública? Porque o capital industrial reestruturado almeja a redução do custo da produção: arrefecimento da força de trabalho; enfraquecimento de suas resistências organizadas; diminuição do poder de pressão e da solidariedade entre as classes sociais, ocasiões em que o capital figura como corresponsável pela proteção e segurança da força de trabalho. Logo, o intuito central é reduzir encargos. Além disso, busca obter mais espaços de reprodução ampliada na esfera de circulação e de serviços, em especial, os de caráter social, antes desmercadorizáveis e ofertados pelo Estado, mas, agora, pleiteados como via da reprodução do capital acumulado. Inclui, ainda, outras necessidades típicas da hegemonia do capital financeiro. No caso, a captura de fatias cada vez maiores do Fundo Público para reproduzir as condições gerais de produção e para pagar juros da dívida pública, ambiente de reprodução do capital financeiro.

É com base em tais determinações que se situam as críticas ao Estado Intervencionista, seja na economia, seja na vida social e política. Há premência de adoção de condições favoráveis para a reprodução acentuada dos diversos capitais, em especial, o financeiro. Porém, na aparência e nos discursos, o Estado aparece como “bode expiatório”, ou seja, a razão do entrave ao progresso econômico e a origem, por excelência, dos colapsos de diferentes naturezas. A gestão pública também é vista, em geral, como inadequada, burocrática, onerosa, mal administrada, má administradora e corrupta. As políticas sociais não atingem seus alvos, embora os gastos sejam elevados. Gasta-se muito e mal. Por sua vez, do outro lado da moeda, está o mercado: exaltado e apontado como comprometido e mais eficiente.

Sob a hegemonia do capital financeiro e com o capital industrial reestruturado e poupador da força de trabalho, atingem-se

duplamente as políticas sociais graças à(s): (i) atuais formas de captura do Fundo Público, como recurso para avaliar a formação de superávit primário e afiançar o pagamento de juros da dívida pública, espaço de amplo investimento do capital financeiro; (ii) garantia de reformas nas políticas sociais com redução de investimentos no setor e limitação em seu acesso, o que estimula a precarização dessas políticas e a expulsão dos que podem pagar ao mercado. Assim, afirmam-se as tendências nas políticas sociais de mercantilização, privatização e focalização como sinônimo de seletividade.

O capital sempre teve o Fundo Público como sustentáculo, mesmo na fase dos “trinta anos gloriosos” de crescimento e de avanço dos sistemas de proteção social via políticas públicas. Mas, em função de seu projeto de expansão e de hegemonia, de um lado; e do outro, do incremento dos movimentos de lutas organizadas (sindicatos e partidos políticos) da classe trabalhadora rumo a uma sociedade mais justa, se dá a origem do pacto fordista/keynesiano. Isto é, as lutas de classes fazem emergir um Estado ampliado e hipertrofiado, em função das demandas extraeconômicas do capital e do trabalho, com papéis intervencionistas na economia e na vida social e política. Para garantir a acumulação e se legitimar, teve que atender às reivindicações da classe trabalhadora por meio de políticas públicas: habitação, educação, seguridade, saúde, previdência e assistência, sempre com vistas à manutenção da ordem e à ampliação da legislação social. Para Mandel (1982, p. 338), esse período corresponde a “[...] uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques radicais por parte dos trabalhadores.”

Na fase áurea do capitalismo antes citada, a hegemonia era do capital industrial tradicional. Os investimentos em saúde, educação e inovações tecnológicas favorecem, à época, o consumo e o pleno emprego, ou seja, o desenvolvimento do

capital industrial e o crescimento do emprego. No capitalismo contemporâneo, vivenciamos a hegemonia do capital financeiro, o qual investe em bolsas e bancos; compra de dívidas públicas; empréstimos financeiros, financiamentos diversos, e não na ampliação da produção e do emprego; e, associado ao capital industrial reestruturado, contribui para a redução do proletariado e para o incremento do subproletariado terceirizado e precarizado, o que demanda chances amplas de livre circulação, de avanço sem entraves, como os direitos sociais e trabalhistas, tributários, alfandegários, dentre outros. Decerto, esse panorama exige reformas, diminuição do gasto público, Estado mínimo, ambiente com moeda estável e governos que implementem tais diretrizes.

Eis a raiz ou determinações fundamentais das atuais críticas ao Estado de Bem-Estar Social e a favor de seu desmantelamento via reformas neoliberais. O desmonte é maior ou menor conforme as resistências, a tradição sedimentada em torno das políticas públicas e as alianças visando à sua defesa. Porém, mesmo em tais circunstâncias ou instâncias, reformas regressivas foram ou têm sido implementadas.

Consequentemente, as ideias neoliberais e neoconservadoras conquistam adeptos em massa e se transformam em diretrizes políticas, em política macroeconômica e em políticas sociais, compondo a nova super-estrutura da ordem mundial. É evidente que as mudanças não se dão apenas nas estruturas ou no interior de sua materialidade, como supõem o economicismo e o instrumentalismo e suas noções mecânicas da relação estrutura e super-estrutura. Ao contrário: são elas movidas e dirigidas por lutas de classes, reiterando Marx (2002, p. 45), quando deixa claro que a “[...] história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes.”

Há dúvidas de que o capitalismo é o sujeito protagonista da nova lógica e de que o sujeito específico é o capital financeiro? Quem é que fala por eles? Sem dúvida, instituições financeiras

mundiais, como o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao âmbito desses organismos internacionais chegam influências de modelos econômicos e políticos. Ademais, organizações aparentemente “neutras” e em defesa dos direitos das coletividades, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), agência especializada em saúde e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), e o *United Nations Children’s Fund* – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) passam a ditar as tendências das políticas sociais, como a descentralização, para além do Estado, envolvendo sociedade civil, mercado, família e indivíduos sob a lógica imperiosa de corresponsabilidade, cooperação, parceria, além de outros.

## 4 Cenário Brasileiro: contrarreformas nas Políticas Sociais

No cenário brasileiro, a reestruturação e a financeirização neoliberal começam nos anos noventas, de forma tardia. Isso porque a década de oitenta caracteriza-se por crise econômica e acirramento da luta de classes. Registramos, então, movimentação política favorável às forças progressistas, atos reformistas de políticas sociais em direção à universalidade, aos direitos sociais reconhecidos e garantidos pelo Estado e à redemocratização do país.

Adiante, ano 1990, mediante eleições diretas, Fernando Affonso Collor de Mello é eleito Presidente da República Federativa do Brasil, como filiado do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Sua ascensão ao poder traz elementos de transformações na conjuntura política do país, a exemplo da aceitação pacífica e por convicção do ideário neoliberal. No entanto,

seu exercício à frente do país encerra-se, por sua renúncia para fugir do *impeachment*, em 1992. Assume o vice-Presidente Itamar Franco, dezembro de 1992 a 1.º de janeiro de 1995.

Nos dois outros pleitos seguintes, elege-se a presidente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2003, na condição de representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), período em que tais reformas são aprofundadas. Assume-se uma lógica denominada de social-liberalismo, escamoteando a dimensão neoliberal das propostas.

Na opinião de Vianna (2012), os anos noventa são marcados por silencioso desmonte da seguridade social, com a não-institucionalização da seguridade social como sistema articulado e integrado de políticas — saúde, assistência e previdência social e a inexistência de um ministério ou um conselho da seguridade social. Há a instituição do orçamento da seguridade, porém, com ênfase regressiva, porquanto a maior parte desse financiamento é sobre o consumo e não sobre as riquezas do território nacional. Ocorre, ainda, a criação do Fundo Social de Emergência, posteriormente transformado em Desvinculação dos Recursos da União (DRU), o qual retira 20 % do respectivo orçamento para o Tesouro, com amplas possibilidades para uso, inclusive, para formar o superávit primário necessário ao pagamento dos juros da dívida pública, que, na atualidade, chega a 30% desse orçamento.

Em função da dívida externa do país, que cresce neste período, a política econômica e social é, então, ditada por organismos internacionais de monta e pelo grande capital financeiro. Desde então, mesmo com a chegada ao Planalto de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, a seguir, de sua sucessora Dilma Vana Rousseff, que permanece no poder em seu primeiro mandato desde 2011 e após novas eleições, sofre golpe parlamentar sob o pretexto de *impeachment*, ano 2016, acreditamos que, ao longo dos treze anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a política econômica prioriza o superávit para pagamento

da dívida, através da emissão de moeda, aumento da carga tributária, juros elevados e decréscimo do gasto público.

O diferencial nos mandatos petistas refere-se à elevação de gastos em políticas sociais focalizadas, graças ao curto ciclo de retomada do desenvolvimento, denominado de fase neo-desenvolvimentista. Mas, não se configura como antagonista do neoliberalismo, trata-se de renovação e atualização heterodoxa, pois enquanto as políticas focalizadas avançam, restringem-se e se mercantilizam as políticas que podem ser lucrativas e enviadas ao mercado para suprir suas demandas. Juros altos, definição de metas de superávit primário e a lei de reponsabilidade fiscal foram e são, ainda hoje, instrumentos e garantia para atraírem o capital financeiro.

Nessa perspectiva, a crise fiscal não se dá como decorrência da escassez de recursos, e, sim, face à direção de seu uso, cada vez mais demandado pelo capital financeiro e industrial reestruturado, o que implica em adesão à lógica de redução de gastos sociais e ao agravamento dos problemas sociais. Esse desmonte foi denominado de silencioso porque os governos, desde os anos noventas (século XX), apesar das resistências e oposições que fizeram, foram obrigados a implementar o projeto democratizante da Constituição Federal de 1988.

A título de exemplo temos a aprovação da Lei Orgânica da Saúde e a Lei Orgânica da Previdência Social, em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social sofre sérias represálias, de modo que é regulamentada apenas em 1993, no governo de Itamar Franco, por causa do benefício de prestação continuada (BPC), oficializado em 1986. Quer dizer, apesar da aprovação dessas leis e das Normas Operacionais Básicas (NOB) do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da Reforma Psiquiátrica na Saúde Mental; da aprovação do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) e do Estatuto do Idoso, além de outras “concessões” aos direitos legítimos dos cidadãos brasileiros, no decorrer

de todos esses anos, vivenciamos momento histórico de tensão. De um lado, o projeto democratizante da Constituição Cidadã; do outro lado, o projeto neoliberal, em sua essência, privacionista e que impulsiona o desmantelamento dos princípios constitucionais, ressignificando-os sob a lógica liberal, com contrarreformas que favorecem o mercado, precarizam as políticas sociais e as mercantilizam, em especial, no caso da saúde e da previdência social, ampliando-se, em contraposição, a assistência social via programas de transferência de renda e serviços focalizados e seletivos.

#### 4.1 Governo Temer: retorno da ortodoxia neoliberal

Com o golpe que destituiu a Presidente Dilma Rousseff, assume a Presidência seu vice, Michel Temer. Sem receios e, decerto, sem compromisso com o povo brasileiro por não ter sido eleito, mas, ao contrário, mantém dever ao grande capital nacional e estrangeiro, que o apoiou no golpe, apresenta um plano de governo fundamentado na austeridade neoliberal. Seu mandato banca a retomada da lógica neoliberal mais ortodoxa e no que tem de mais conservador, qual seja, a redução do Estado. Seguem insistentes tentativas de instaurar o Estado Mínimo e avançar no estabelecimento de condições gerais e ideais para expansão do mercado, mediante redução drástica dos gastos públicos, leia-se, gastos sociais, precarização das políticas sociais e privatização de empresas estatais. Tal lógica aparece em sua proposição de Governo, mesmo antes de assumir a Presidência, quando afirma:

O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua

arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível. No entanto, políticas e gastos para proteger os mais pobres e abrir para eles um caminho para as oportunidades da vida, precisam ser resguardados (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), 2015, p. 5).

A adesão aos ideais neoliberais e neoconservadores que criticam o Estado de Bem-Estar Social, os quais apoiam e propõem reformas limitantes e desmanteladoras de políticas redistributivas e universalizantes, é visível desde palavras literais da fonte supracitada: tratar “[...] a população brasileira como um todo, para os fins de políticas públicas, é um erro frequente” (p. 5). Focalização e seletividade constituem a saída, com o Estado e seus serviços voltados tão somente para os mais pobres. Em vez da locação de mais recursos para as políticas sociais, atingir os miseráveis e invisíveis consiste em meta central, “[...] através do corte de despesas desnecessárias ou improdutivas, ou por meio de ganhos de eficiência.” (p. 7).

E é nessa conjuntura que se situam as propostas de Emendas Constitucionais (EC). Dentre elas: Lei do Teto do Gasto Público (EC n.º 95/2016), que instaura novo ajuste fiscal ao país e congela o orçamento das políticas sociais por vinte anos; Lei da Terceirização (Lei n.º 13.429/2017; Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017); Proposta de Reforma da Previdência Social (PEC n.º 287/2016); decretos e medidas de corte de gastos públicos e de orçamentos específicos. Por exemplo, em setembro de 2017, o governo Temer anuncia redução no orçamento de 2018 da assistência social, além de anúncios recentes direcionados à ciência e tecnologia (C&T); às bolsas de estudo e de pesquisa para a pós-graduação e à educação, em geral.

O novo regime fiscal aprovado vai concorrer para que as políticas sociais morram de inanição. Isto significa dizer que elas serão ainda mais precarizadas, com poucas chances de atender às situações de vulnerabilidade e risco. É possível que,

diante da carência de recursos, busquem e justifiquem as parcerias, ajuda e cooperação solidária de famílias, comunidades, ONGs e de outras redes informais de apoio. Os que podem pagar compram no mercado os serviços de que necessitam. Seu passaporte de cidadania passa a ser o código de defesa do consumidor, fortalecendo a figura do cidadão-consumidor.

De forma similar, a assistência social tende a encolher, gradativamente. Como não possui percentual fixo do orçamento da União, está mais sujeita a cortes drásticos. É possível, então, que continuem recorrer às organizações de assistência social de origem filantrópica e religiosa. É nessa perspectiva que caminha a proposta da citada PEC n.º 287/ 2016 alusiva à reforma do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), que restringe o valor do Benefício para meio salário mínimo e eleva a idade de seu acesso para setenta anos.

Para Soares (2016), na saúde pública, a insuficiência de recursos provoca maior precarização do SUS e da atenção básica, alimentando a noção equivocada de um “SUS possível”, muito distante do SUS constitucional. A falta de incentivos, de investimentos, de apoio e fortalecimento do sistema público é notório no governo Michel Temer. Ao invés de fortalecer o SUS na busca de superar sua precariedade, propôs a constituição de uma (ou seja, mais uma) comissão para apresentar proposta de Plano de Saúde Popular para as coletividades de baixo poder aquisitivo. No entanto, o desmonte é anterior, haja vista que a intervenção das unidades da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública de direito privado, instituída graças à Lei Federal n.º 12.550/2011 para se manter à frente da gestão de hospitais universitários, se dá desde o primeiro governo petista.

Indo além, a previdência social vem sofrendo contrarreformas contínuas desde o governo FHC até o de Temer. Elas limitam o acesso e “empurram” os contribuintes para o mercado, complementando suas aposentadorias do sistema

público com o setor privado, na esfera de bancos ou fundos de pensão. Exemplificando: a proposta de elevar para vinte e cinco anos de contribuição a exigência mínima para aposentadoria por idade; a contribuição individual dos trabalhadores rurais de vinte e cinco anos; a equiparação entre homens e mulheres; a elevação da idade mínima para ambos se aposentarem, tudo isto faz parte do pacote regressivo de mudanças na previdência social do recente governo Temer.

Sem dúvida, é o fim da aposentadoria rural, como regime especial, no âmbito da economia familiar. É o fim da equidade na atenção diferenciada do trabalhador rural frente ao trabalhador urbano. Exigir a aposentadoria por idade, a partir de vinte e cinco anos de contribuição, atinge em cheio às mulheres, que, percentualmente, são as maiores beneficiárias dessa modalidade de aposentadoria por conta de certas peculiaridades da condição feminina. Entre elas: na condição de seres humanos reprodutivos, entram e saem do mercado de trabalho para cuidar de filhos ou dos pais e do marido; não contam com suporte público para os filhos, como creches acessíveis e próximas de sua residência; e poucas escolas possuem o regime de tempo integral.

Por fim, salvo raras exceções, as mulheres possuem alta rotatividade no mercado, de modo que chegam aos sessentas com apenas com quinze anos de contribuição, o que lhes concede o direito de receber um salário mínimo, ampliar a tempo mínimo para vinte e cinco anos para esta modalidade de aposentadoria por idade, as deixarão sem proteção. Além disso, o mesmo tempo de anos de contribuição para homens e mulheres representa o fim da equidade de gêneros. Mulheres trabalham mais tempo quando somam a carga horária total de afazeres, incluindo o trabalho produtivo com as tarefas domésticas, a função reprodutiva e os cuidados que lhes competem no ambiente familiar e social. Os cinco anos a menos do tempo de aposentadoria dos homens representava, até então,

o reconhecimento da desigualdade na distribuição de tarefas, justificando o tratamento diferenciado em sua jubilação.

Em suma, o encolhimento do Estado em oposição à demanda crescente e os cortes no Fundo Público destinado às políticas sociais trarão impactos desastrosos, como o avanço das desigualdades sociais, a ampliação da pobreza entre os idosos e as exclusões sociais.

O panorama ora delineado amplia também, no âmbito das políticas sociais, a lógica da precarização das condições de trabalho e de contratação das equipes técnicas de referência, como, também, a redução da qualidade e eficiência do processo de trabalho, em termos gerais, face à restrição nos meios de trabalho, que incluem recursos humanos, materiais e financeiros, expandindo terceirizações, seletivos, contratações por tempo determinado e ausência ou redução extrema de concursos públicos. A situação pode ser ainda mais sombria diante do avanço da nova direita, que ameaça a democracia brasileira e incentiva o desmonte do patrimônio público, simbolizado por políticas sociais duramente conquistadas. Estes traços caracterizam as propostas do candidato eleito Jair Bolsonaro rumo a privatizações, ao armamento da população, à redução da maioria penal e à completa submissão ao mercado.

## 5 Considerações Finais

As mudanças no modelo de acumulação imprimem alterações substantivas na super-estrutura, incluindo novos papéis e funções do Estado, de legitimação, de regulação social. Geram condições objetivas para difusão e fundamentação ideológica, teórica e prática neoliberal e do neoconservadorismo, elementos que compõem a chamada Nova Direita. Esta abriga diferentes perspectivas ideológicas, que têm em

comum a crítica ao Estado de Bem-Estar Social, acusado de originar a crise, estagnar o desenvolvimento econômico e impedir o livre mercado. Quer dizer, as políticas sociais presentes na fase de expansão do capitalismo, nos “trinta anos gloriosos”, agora, constituem obstáculos para a nova ordem mundial e entram em rota de colisão com os atuais interesses do capital industrial reestruturado e financeirizado.

Portanto, o Brasil, que apenas com a Constituição Cidadã adquire um sistema de proteção social com base nos direitos sociais, na justiça e na equidade social, encontra, a partir dos anos noventas (século XX) uma conjuntura adversa. O primeiro momento de adesão e de expansão das reformas neoliberais é intercalado pelo período do neodesenvolvimentismo que recupera o avanço econômico, mas com políticas focalizadas, e que se expandem ao decorrer dos treze anos dos governos petistas. Esse período chega ao fim em 2015, com crise econômica e política, a qual altera a correlação de forças nacionais com a retomada do centro-direita ao poder e o retorno da ortodoxia neoliberal. Tais transformações caminham para arregimentar forças ainda mais conservadoras. Como decorrência, a extrema-direita chega às eleições de 2018 com elevada adesão popular.

Entretanto, a luta pela democracia, por direitos e por emancipação são bandeiras que não estão adormecidas e precisaram vir à tona, sob pena de grandes retrocessos. Assim, deve-se ampliar e fortalecer os movimentos de lutas: sindicatos; ações em defesa da política pública; concentrações sociais; greves gerais; movimentação em oposição às tentativas de retrocesso; intensa discussão diante das propostas de reformas, como estratégias para conseguir a adesão do grande público e solidificar forte oposição à lógica de desmonte da nação. Então, só nos resta a resistência, as lutas organizadas, capazes de alterar as correlações de forças em luta permanente pelo exercício da cidadania, dos direitos

adquiridos, do reconhecimento das diferenças, nos espaços macro e micro, como a participação em fóruns, conselhos, conferências, movimentos em prol ao direito de moradia e às lutas no fortalecimento dos partidos da esquerda.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de *surveys*. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 2, pp. 187-225, 2000.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configurações, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. Campinas: UNICAMP, São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1: 2 v.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

(PMDB). **A travessia social**: uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL), 2018. Disponível em: <<https://psl.org.br/>>. Acesso em: 28 nov 2019.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, N. Elementos de análise sobre a crise do Estado. In: \_\_\_\_\_. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SOARES, R. C. As configurações da política de saúde na atualidade e as repercussões no trabalho profissional de assistentes sociais. **SASEAL**, [S. l.], ano 17, n. 15, p. 13-20, set. 2016.

TEIXEIRA, S. M. **O envelhecimento no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2008.

VIANNA, M. L. W. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In: VIANA, A. L.D; ELIAS, P. E. M.; IBÁÑEZ (Org.). **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: HUCITEC, 2005.

\_\_\_\_\_. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO, I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2012.

# SEGURIDADE SOCIAL E PSICOLOGIA: DESAFIOS PARA ATUAÇÃO EM TEMPOS DE DESMONTE

Diego Mendonça Viana<sup>5</sup>

## Previdência Social

O debate de rigor sobre os sistemas de previdência ao longo do decurso histórico das diversas civilizações é, de certa forma, marcado pela discussão sobre o sistema de produção capitalista, mais especificamente sobre os arranjos que sustentaram o Capitalismo Industrial. Ou seja, nos países em que se desenvolvia o sistema industrial de exploração do trabalho, sobretudo na Inglaterra, passou-se a haver uma necessidade mínima de proteger os trabalhadores para que estes tivessem uma sobrevida maior e pudessem trabalhar por mais tempo. Este rudimento de “sistema de proteção” da sobrevida do trabalhador industrial, sobretudo

---

5 Psicólogo (CRP 11/06632). Conselheiro do IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 11.<sup>a</sup> Região (CRP 11). Gestão CRP 11 de Lutas 2016-2019. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará/Fiocruz. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará/Fiocruz. Especialista, em caráter de residência, em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Ceará. Texto de subsídio da fala realizada na mesa redonda “Seguridade Social e Psicologia: desafios para atuação em tempos de desmonte” na realização do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), na cidade de Teresina (PI) em 09 de agosto de 2018.

dos pobres é o fundamento elementar do debate sobre a interface entre previdência, trabalho e saúde tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista sociológico.

São evidências desta tese a instituição do “Poor Relief Act” (Lei dos Socorros aos Pobres em tradução livre), em 1601, na Inglaterra que criava uma espécie de imposto social obrigatório para financiar a assistência os necessitados. Posteriormente, foi instaurado outra modalidade de contribuição chamada “Workmen’s Compensation Act” (Lei de Compensação dos Trabalhadores), de 1897, que formulava um seguro para amparar os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho (NOLASCO, 2012). Portanto, o debate sobre previdência está intimamente correlacionado com o debate sobre os modos de produção do Capitalismo e as formas de trabalho de cada tempo histórico. Esta é a primeira interlocução conceitual fundamental sobre este campo de discussão.

A segunda questão conceitual estruturante diz respeito ao fato de que boa parte dos ensaios e dos sistemas propriamente ditos de previdência e de seguridade estarem ancorados na proposta de seguro social como matriz organizativa. Dentro desta perspectiva, os segurados/trabalhadores devem contribuir regularmente para o Estado de forma a poderem receber aposentadoria ao encerramento da carreira laboral, bem como para que pudessem receber os auxílios devidos em razão de acidentes de trabalho e situações correlatas. Esta característica de desenho previdenciário ficou bastante evidente com as medidas instituídas pelo chanceler Otto Von Bismarck entre 1883 e 1889 no território que viria a ser a Alemanha. São exemplos deste tipo de medida a criação do seguro-doença, o seguro contra acidente de trabalho, o seguro-invalidez e o seguro velhice. Pode-se afirmar que o modelo alemão de seguro social criou o primeiro ordenamento legal robusto de previdência estatal (NOLASCO, 2012).

O modelo de seguridade social com base previdenciária forte, do tipo Seguro Social, é um dos primeiros arranjos

institucionais do Estado para fornecer proteção à médio e longo prazo ao conjunto de seus trabalhadores e para a sociedade em geral. Este modelo serviu e ainda serve de estrutura de proteção de largo alcance social, contudo carrega em si a contradição de proteger apenas aqueles que contribuem para o sistema.

Como desdobramento histórico da construção dos diversos modelos de proteção social e de seguridade social, há a compreensão conceitual da categoria previdência social. A legalidade de Estado que sustenta a formação a previdência social é de estreita ligação com o conceito de seguro social já explicitado acima como se percebe no entendimento de Novaes (2003):

A previdência social protege necessidades decorrentes de contingências expressamente previstas na Constituição e na legislação infraconstitucional, mediante o pagamento de contribuições. Somente aquele que contribui tem direito subjetivo à prestação na hipótese de a ocorrência da contingência prevista em lei gerar a necessidade juridicamente protegida. (p. 169).

Neste sentido, o arcabouço legal vigente na maioria dos países de base capitalista protege os contribuintes regulares do regime previdenciário. Portanto, a saúde das contas de qualquer sistema de previdência com base no seguro social depende diretamente de políticas públicas de inclusão no sistema de trabalho e renda formal (SANTOS JUNIOR, 2017).

O Brasil, ao longo de sua história de construção de modelo previdenciário e de modelo de seguridade social, experimentou diversos arranjos institucionais. Predominou o sistema de seguro social, vinculando inclusive o direito à saúde. Os rudimentos do seguro social brasileiro, organizado para grandes coberturas e como via de acesso aos direitos sociais datam da criação da Lei Eloy Chaves (1923) que criou as Caixas de Aposentarias e Pensões do setor ferroviário. De certa forma, todas as reformas realizadas no sistema de proteção por

meio de previdência no país da citada lei até a promulgação da Constituição Federal de 1988, prevaleceu o seguro social como forma de acesso aos direitos sociais. Com a carta magna de 1988, mais especificamente no artigo 194, criou-se o formato de seguridade social composta pela previdência social (de base contributiva de seguro social), pela saúde (universalista e não contributiva) e pela Assistência Social (focalista e não contributiva). Estes três componentes da seguridade brasileira reúnem um misto de seguro social e solidariedade universalista com o conjunto da sociedade, inclusive a parcela que não contribui diretamente por meio de pagamento de taxas para o sistema. O sistema de seguridade nacional aparece no texto legal fruto de lutas históricas da sociedade civil organizada, contudo sem as garantias explícitas da efetivação das garantias de direito em um país de grande desigualdade social e marcado pela violência na luta de classes. Para compreender sobre as possibilidades e limitações das contribuições da Psicologia no debate da seguridade social, em especial sobre os modelos de previdência social e seus impactos, faz-se relevante o resgate histórico de alguns marcadores de construção de formas de proteção social.

## Breve Passeio Histórico Sobre o Campo da Previdência no Brasil

Segundo os estudos de Nolasco (2012), uma das primeiras ações de proteção do Estado Brasileiro para a população foi a criação dos Socorros Públicos, previsto na Constituição de 1824, no período imperial de D. Pedro I. Cabia ao imperador decidir se o cidadão merecia ou não receber ajuda do Estado, tornando assim, os Socorros Públicos não um direito social,

mas um ato de benevolência do soberano (CASTILHO, 2014). A constituição de 1824 teve seu valor histórico por inaugurar as preocupações de saúde do império, mesmo que de caráter tímido (CAMPOS, et al., 1987)

No início do período republicano, em 1891, criou-se a compreensão de que caberia ao Estado regular a assistência aos mais necessitados. Passou a existir, de forma organizada, a intervenção estatal diante das calamidades públicas, bem como foi criada a aposentadoria por invalidez para funcionários públicos plenamente custeada pelo Estado.

Com a criação da Lei Eloy Chaves (1923), houve a formação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), modelo de seguro social. A Constituição de 1934, trouxe no seu texto a previsão do financiamento tripartite — Trabalhador, Empregador e Estado — e a proteção embrionária do sistema de saúde para o trabalhador (RAEFFRAY, 2005). A base deste tipo de financiamento ainda existe no atual sistema de previdência. A Constituição de 1937 instituiu os seguros em decorrência de acidente de trabalho, sendo eles os seguros de vida, de invalidez e de velhice, bem como abriu espaço para mudanças nas CAPs para Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e a criação do Departamento Nacional de Previdência Social. Na constituição de 1946, houve a substituição do termo Seguro Social por Previdência Social, bem como criou-se condições para a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807/1960), instituiu o auxílio-reclusão, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral.

As constituições do Regime Militar trouxeram diversas mudanças no sistema de previdência do país. Com a Constituição de 1967, instituiu-se o Seguro Desemprego, Seguro de Acidentes de Trabalho (Lei n.º 5.316/67) e o trabalhador rural passou a figurar na previsão da Previdência Social (Decreto-Lei n.º 564/69). Em decorrência desta Constituição, foram instituídos o Programa de Integração Social (PIS), de 1970; o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

(PASEP), de 1970; a Previdência Social Rural, de 1971; a Previdência Social dos Empregados Domésticos, de 1972 e a Consolidação das Leis da Previdência Social, de 1976 e 1984.

A Constituição de 1988 trouxe consigo a Seguridade Social com princípio universalista contraditório, pois produziu um misto de Seguro Social e Universalismo de Política Pública. Desta forma, como já mencionado neste artigo, o Sistema Único de Saúde ficou universal e não contributivo, a Política de Assistência Social ficou Assistência Social focalista e não contributiva e a Previdência Social (seguro social e contributiva).

## A Psicologia e a Relação com o Debate da Previdência

Diante do importante debate sobre a seguridade social, em especial sobre a previdência e modelo de sociedade, faz-se relevante levantar alguns questionamentos sobre a atuação da Psicologia como ciência e profissão nestes campos de práticas. Neste sentido, são necessárias as seguintes indagações: a Psicologia tem debatido sobre a política pública de Previdência de forma sistemática e organizada? Os cursos de graduação em Psicologia têm incluído este debate de forma orgânica em seus currículos? A Psicologia tem pesquisado a respeito?

Para iniciar este debate, em caráter ilustrativo, foi realizado um levantamento na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-PSI), em 08 de agosto de 2018, com as palavras-chave “Psicologia” e “Previdência Social” e o resultado foi o seguinte:

**BVS-Psicologia Brasil**

pesquisa na BVS

Entre com uma ou mais palavras:

psicologia e previdência social

**Resultado: psicologia and e and previdência and social**

**Bases Bibliográficas (3 Resultado)**

- Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (0)
- Index Psi Divulgação Científica (0)
- Index Psi TESES (3)**
- Index Psi LIVROS (0)

**Bases em Texto Completo (6 Resultado)**

- SciELO (6)**
- Index Psi Livros Eletrônicos (E-BOOKS) (0)
- Index Psi TCCs (0)
- Dicionário Biográfico de Psicologia (0)

**Videos (0 Resultado)**

**Bases em Ciências da Saúde e áreas correlatas (37 Resultado)**

Fonte: Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-PSI), 2018.  
Grifos nossos. Disponível em: Acesso em: 28 nov 2019.

Nota-se que foram encontradas três teses de doutorado, seis artigos na base indexadora da Scielo e nas bases de dados de ciências da Saúde mais trinta e sete estudos. Estas quantidades são bastante tímidas em termos de produção científica para a temática. Para realizar um comparativo simplificado de pesquisa da Psicologia sobre os eixos da Seguridade Social Brasileira, a saber a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social, foram levantados, em caráter ilustrativo, os estudos na base indexadora da Scielo. Os resultados demonstram o seguinte:

**SciELO**

psicologia e saúde

Resultados: 2 683

Ordenar por: Publicação - Mais novos primeiro

1. Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista

Queiroz, Isabela Saraiva de Prado, Marco Aurélio Máximo.

Fonte: Scielo, 2018. Disponível em: Acesso em: 28 nov 2019. Grifos nossos.

Percebe-se que o campo de estudo da interface entre Psicologia e Saúde apresentou 2683 resultados, perfazendo 179 páginas de artigos. Esta é uma área de interesse consolidada e histórica de pesquisa, de exercício profissional e de atuação política para a Psicologia e isto se traduz, também, na quantidade de estudos encontrados.

Na interface ente Psicologia e Assistência Social, foram encontrados os seguintes resultados:

The image shows a screenshot of the Scielo search results page. At the top, the Scielo logo is visible. Below it, the search bar contains the text 'psicologia e assistência social'. To the right of the search bar, there are options for 'Todos os índices' and a 'Buscar' button. Below the search bar, there are options for 'Adicionar outro campo +' and 'Histórico de busca'. The results section shows 'Resultados: 175' and a list of results. The first result is 'Atuação dos Profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba', with authors Macêdo, Orlando Júnior; Viana, Lima, Clarissa Maria; Paulino Duarte, Brito, Francisco; Henrique Sousa de Souza, Josefa; Nandara Pereira de Sousa, Noélia Kally; Marinho de Sousa, Samara Pereira De; Dias, Stefania Germano. The journal is 'Trends in Psychology', Jun 2018, Volume 26, Nº 2, Páginas 1083 - 1097. There are also options for 'Selecionar esta página', 'Imprimir', 'Enviar por e-mail', 'Exportar', and 'Compartilhar'. The page number is 'Página 1 de 12'.

Fonte: Scielo, 2018. Disponível em: Acesso em: 28 nov 2019. Grifos nossos.

Percebe-se que há nesta busca um total de 175 resultados, perfazendo 12 páginas de artigos nesta base de dados. Apesar de ser um número pequeno em relação ao tema da saúde, demonstra que há interesse crescente pelo debate entre Psicologia e Assistência Social, sobretudo após a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O último levantamento realizado diz respeito a interface de estudo entre Psicologia e Previdência Social e foram encontrados os seguintes resultados:

The image shows a screenshot of the Scielo website search results. At the top, the Scielo logo is visible. The search bar contains the text 'psicologia e previdência social'. Below the search bar, there are options for 'Todos os índices' and a 'Buscar' button. The results section shows 'Resultados: 6'. A list of results is displayed, with the first result highlighted: 'Prevalência de transtorno mental e comportamental em trabalhadores de indústrias de abate de suínos aves no sul do Brasil'. The author is listed as 'GUILLAND, ROMILDA MORAES CRUZ, ROBERTO'. The journal is 'Revista Colombiana de Psicologia, Jun 2017, Volume 26, Nº 1, Páginas 163 - 177'. There are links for 'Inglês: Resumo', 'Espanhol: Resumo', 'Português: Resumo', 'Texto', and 'PDF'. The page number 'Página 1 de 1' is also visible.

Fonte: Scielo, 2018. Disponível em: Acesso em: 28 nov 2019. Grifos nossos.

Nota-se que há apenas seis estudos, perfazendo uma página de artigo e o tema predominante é a relação entre transtornos mentais e trabalhadores da indústria de alimentação. Em consonância com os resultados encontrados na busca na base de dados BVS-PSI, há pouquíssimos estudos científicos publicados sobre o campo da Psicologia e da Previdência Social, evidenciando que a profissão tem pesquisado e produzido de forma insuficiente para uma área estratégica e fundamental para o debate da saúde mental em correção com o trabalho.

Como desdobramento do argumento acima mencionado e, em razão de os estudos existentes sobre Psicologia e Previdência Social apontarem para a necessidade de que a profissão se dedique a estudar mais profundamente a relação entre modos de produção, tipos de trabalho e emprego e seu impacto na previdência, faz-se necessário citar alguns dados relevantes sobre a temática.

Ao se considerarem os dados existentes no documento Primeiro Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade de 2017 – Previdência, é possível perceber que os transtornos mentais são uma razão importante da quantidade de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidos pela Previdência Social.

## Distribuição da Concessão de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez de Naturezas Previdenciária e Acidentária (B31, B32, B91, B92) ao Segurado Empregado por Capítulo da CID entre 2012 e 2016

Capítulo da CID	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Representatividade Percentual da Concessão Total no Período%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	494.570	498.124	496.718	374.148	450.026	2.313.586	31,044%
Capítulo XIII - Doenças do sistema	304.027	310.436	311.786	236.937	266.505	1.429.691	19,184%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	140.208	147.145	144.061	109.951	127.562	668.927	8,976%
Capítulo III - Doenças do aparelho digestivo	127.255	135.657	136.348	101.168	125.994	624.402	8,376%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	91.452	91.796	90.786	67.123	81.647	422.804	5,673%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	70.921	74.288	77.901	63.997	81.636	368.743	4,948%
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	56.202	63.278	69.562	50.912	62.741	302.695	4,062%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	45.373	46.508	48.239	34.497	45.072	219.689	2,948%

Dados sobre impacto dos transtornos mentais na concessão de benefícios previdenciários (2017). Grifos nossos.

De acordo com os grifos realizados pelo autor deste artigo no documento, nota-se que os transtornos mentais são a terceira maior razão de concessão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidos pela Previdência Social. Embora o documento Primeiro Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade de 2017 - Previdência demonstre que este tipo de concessão tem caído ao longo do tempo, ainda é possível perceber a magnitude e a seriedade do impacto que os adoecimentos de saúde mental produzem na vida laboral de milhares de pessoas. Ao se refinar os tipos de adoecimento por transtorno mental, chega-se ao seguinte resultado:

**Distribuição da Concessão de Auxílio-Doença Relacionado a Acidente de Trabalho (B91) ao Segurado Empregado motivada por Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V CID10) entre 2012 e 2016 por Categoria da Classificação Internacional de Doenças (CID10) – 20 Categorias Associadas às Maiores Frequências**

<b>Categoria CID10</b>	<b>Frequência B91</b>	<b>%</b>
F43 - "Reações ao ""stress"" grave e transtornos de adaptação"	16.446	31,05%
F32 - Episódios depressivos	14.359	27,11%
F41 - Outros transtornos ansiosos	11.178	21,10%
F33 - Transtorno depressivo recorrente	4.583	8,65%
F31 - Transtorno afetivo bipolar	2.173	4,10%
F10 - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool	732	1,38%
F40 - Transtornos fóbico-ansiosos	702	1,33%
F19 - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas	532	1,00%
F29 - Psicose não-orgânica não especificada	321	0,61%
F14 - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso da cocaína	213	0,40%

Dados sobre impacto dos transtornos mentais, por tipo de transtorno, na concessão de benefícios previdenciários (2017). Grifos nossos.

É de fácil percepção que os adoecimentos relacionados ao estresse, à depressão e à ansiedade ocupam o topo da lista, evidenciando que há uma necessidade muito relevante de se (re) pensar a saúde do trabalhador em diversos campos de prática.

Em relação aos tipos de profissão ou de ofício e os impactos no adoecimento de saúde mental, há os seguintes dados interessantes:

**Distribuição de Frequência, Duração e Despesa associadas à Concessão de Auxílio-Doença (B31 e B91) e Aposentadoria por Invalidez (B32 e B92) ao Segurado Empregado motivada por Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V da CID 10) entre 2012 e 2016 por Classe da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) – 20 Classes Associadas às Maiores Frequências**

Classe CNAE	Frequência	%	Duração (em dias)	Despesa	Duração Média (Em Dias)	Valor Médio por Benefício
8411 - Administração pública em geral	73.141	10,93%	12.640.271	R\$ 790.358.498,86	173	R\$ 10.805,96
8610 - Atividades de atendimento hospitalar	32.366	4,84%	6.088.929	R\$ 433.971.031,98	188	R\$ 13.408,24
4711 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	26.694	3,99%	4.870.515	R\$ 201.699.636,14	182	R\$ 7.555,99
4921 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	23.248	3,48%	5.944.698	R\$ 394.269.866,53	256	R\$ 16.959,30
8220 - Atividades de teleatendimento	20.763	3,10%	3.167.208	R\$ 132.353.121,95	153	R\$ 6.374,47
6422 - Bancos múltiplos, com carteira comercial	18.577	2,78%	3.821.577	R\$ 497.384.195,82	206	R\$ 26.774,19
8121 - Limpeza em prédios e em domicílios	12.808	1,91%	2.684.245	R\$ 100.815.088,00	210	R\$ 7.871,26
5611 - Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	12.680	1,90%	2.640.368	R\$ 106.399.415,57	208	R\$ 8.391,12
8011 - Atividades de vigilância e segurança privada	11.512	1,72%	3.042.386	R\$ 177.279.355,12	264	R\$ 15.399,53
9430 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais	11.156	1,67%	2.214.065	R\$ 132.352.604,19	198	R\$ 11.863,80
4930 - Transporte rodoviário de carga	10.886	1,63%	2.340.065	R\$ 141.182.341,52	215	R\$ 12.969,17
1412 - Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	9.922	1,48%	2.192.390	R\$ 81.550.101,85	221	R\$ 8.219,12
4781 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	9.362	1,40%	1.831.049	R\$ 82.284.986,48	196	R\$ 8.789,25

Dados sobre impacto dos transtornos mentais, por tipo de ofício, na concessão de benefícios previdenciários (2017). Grifos nossos.

Importante destacar que os trabalhadores do serviço público ocupam o topo da lista, demonstrando que o este tipo de atividade precisa de uma atenção estratégica para melhoria das condições de trabalho. Chama atenção também o nível de adoecimento de trabalhadoras(es) envolvidas(os) com a defesa de direitos sociais, figurando entre as atividades que mais adoecem suas(seus) colaboradoras(es)/empregadas(os).

Estes dados citados devem servir de alerta para que a Psicologia refaça seu papel de atuação em uma área em que a profissão tem muito a contribuir, mas ainda exerce função tímida, com pouca pesquisa e inserção no campo. Neste sentido, é tarefa relevante que as graduações e pós-graduações em Psicologia revejam seus currículos para que o debate sobre a previdência social seja algo mais orgânico e presente no cotidiano de formação de psicólogos(os).

# Reformas e Arranjos de Desmonte de Políticas Públicas – o Caso da Previdência

Em virtude de a previdência social ser um projeto de sociedade e fotografia de seu tempo, assim como o é o Sistema Único de Saúde no entendimento de Vasconcelos e Pasche (2009), este projeto está em permanente disputa histórica e política. O pacto da previdência e da seguridade social previsto na Constituição de 1988 foi praticamente desfeito com as sucessivas reformas da previdência como bem demonstra a reflexão a seguir:

É verdade que os direitos previstos na CF de 1988 mal puderam revelar-se e logo foram obstaculizados pelo Executivo, a exemplo de como foi tratado o direito da pessoa com deficiência, a aposentadoria do idoso pobre, do trabalhador rural, entre outros. A justificativa era que os direitos sociais tornariam o Estado ingovernável, o que foi assumido no governo de José Sarney, ao não regulamentar o financiamento da SS, ao que se seguiu o ajuste fiscal de 1998, promovido por Fernando Henrique Cardoso (FHC), efetivando uma verdadeira contrarreforma do Estado de cunho neoliberal que atingiu a PS, a qual foi objeto da ação também dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. (LOURENÇO, LACAZ, GOULART, 2017. p 468).

Este intenso movimento de reforma, quase sempre com retirada significativa de garantias de proteção e de direitos sociais da previdência, pode ser ilustrado com a seguinte imagem do texto legal que diz respeito a esta temática na Constituição Federal:

**Art. 202** - Os planos de previdência social, mediante autorização, observadas, nos termos da lei, a cobertura dos custos de doença, invalidez, morte, auxílio de subsistência do beneficiário do trabalho, velhice e redução de renda, a manutenção dos direitos dos segurados de baixa renda e a proteção à maternidade, especialmente à gestante;

**Art. 203** - A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e obedecendo nos termos da lei:

I - cobertura das doenças de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º;

§ 1º - Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 2º - Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefícios serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 3º - O segurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 4º - Levada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Emendas realizadas, ao longo de diversos governos, no texto constitucional para reformar a previdência. Grifos nossos.

A imagem é categórica no sentido de demonstrar que a previdência social é a política pública alvo de maior disputa dos governos dentro de demais políticas públicas. A quantidade de emendas e modificações é enorme e representam uma faceta da disputa social de projetos de segurança.

Com base nos estudos de Golveia e Santos (2017) é possível organizar as diversas reformas da previdência de acordo com os governos existentes e que trataram desta pauta. No governo Fernando Henrique Cardoso, houve a Projeto de Emenda à Constituição (PES) n.º 20 de 1998. Neste texto estava previsto: idade mínima de cinquenta e cinco anos para mulheres e sessenta anos para os homens; fator previdenciário no cálculo (tempo de contribuição, idade, expectativa de vida) e fim da contribuição exclusiva por tempo de serviço (25-30-M e 30-35-H). Em 2000, foi aprovada a Desvinculação de Receitas da União (DRU), reeditada até os dias atuais. Esta medida permite a retirada de recursos da previdência social e das demais políticas públicas para utilização diversa daquela prevista pela

Constituição Federal. A DRU, certamente, contribui bastante para a precarização de uma política previdenciária em um país extremamente desigual como tem sido o Brasil.

Em 2003, sob o governo do Lula, foi apresentada a PEC n.º 40 (Reforma do Funcionalismo Público). Nesta PEC estava previsto o seguinte: Vencimentos integrais para os já aposentados (direito adquirido); Vencimentos integrais para os servidores da seguinte forma: homens terem sessenta anos de idade, trinta e cinco anos de contribuição, vinte anos de serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no último cargo; as mulheres terem cinquenta e cinco anos e trinta anos de contribuição, além das outras três exigências; Aposentadoria pela média dos salários; Teto do Regime Geral de Previdência (RGP) e Incentivo a previdência privada complementar para vencimentos integrais. Esta reforma foi um duro golpe no funcionalismo público, pois cortou diversos direitos da massa de funcionários do poder executivo e legislativo, mas não atingiu com a mesma violência os altos escalões dos mesmos poderes citados e o Poder Judiciário.

Em 2016, no governo Temer, entre idas e vindas para o Congresso Nacional, o executivo enviou uma proposta conhecida como a PEC n.º 287. Nela, está previsto as seguintes mudanças: unificar as regras de aposentadoria de: trabalhadores da iniciativa privada, políticos e Servidores Públicos, inclusive os de alto escalão, da União, Estados e municípios; Teto do Regime Geral de Previdência; Idade Mínima sessenta e cinco anos (homens) e sessenta e dois anos (mulheres); quarenta anos de contribuição para aposentadoria integral e Militares excluídos desta proposta de reforma. Este é uma das propostas de reforma mais violentas já apresentadas. Até o fechamento deste artigo, esta proposta de reforma não tinha conseguido o apoio necessário para tramitar no Congresso Nacional. Contudo, em razão da política nacional ser muita dinâmica, não há como prever se este texto será aprovado ou se

será modificado ao longo da disputa.

É fato que cada uma destas reformas produz imenso impacto no conjunto da população. Este impacto não é apenas de ordem econômica, mas também de ordem psicossocial de indivíduos e coletividades. Esta é mais uma justificativa de necessidade de a Psicologia se debruçar sobre este debate e contribuir com a sociedade.

## Considerações Finais

Os elementos elencados neste artigo apontam para um contexto de desafios e possibilidades políticas, sociais e éticas para o presente e o futuro da Seguridade Social. Neste sentido, há desafios de diversas ordens a serem trabalhados por diversas profissões, incluindo-se a Psicologia e por diversos movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

O primeiro rol de desafios são os Legislativos. São tarefas históricas e estruturantes o debate sobre a PEC do Congelamento dos Gastos Públicos por vinte anos, as reformas trabalhistas (públicas e privadas), as PECs de reformas da previdência, a necessidade do combate aos retrocessos na Seguridade Social (saúde, assistência Social e Previdência).

No campo dos desafios Políticos, são tarefas incluir o estudo e o debate sobre política pública no sistema de ensino em todos os níveis, ocupação e requalificação de espaços de decisão (conselhos, conferências e fóruns) e tornar o debate sobre cidadania algo cotidiano nos serviços.

No tocante aos desafios Éticos é importante desafiar o fatalismo, insistir no diálogo ativo, não recuar diante de flagrantes retrocessos que prejudiquem o conjunto das coletividades, defender populações que não possuem capacidade de articulação em grande escala e que possuem direitos civis negados

e violados e entender e praticar democracia no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Previdência Social. Primeiro Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade, de 2017. Adoecimento Mental e Trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAMPOS, Juarez de Queiroz; Santo, Antonio Carlos G. E.; Mantovani, Maria de Fátima. **Introdução à Saúde Pública**. São Paulo: J. Q. Campos, 1987.

CASTILHO, P de A.P. O direito à saúde nas Cartas constitucionais brasileiras. **Revista Jus Navigandi**, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31144/o-direito-a-saude-nas-cartas-constitucionais-brasileiras>>.. Acesso em: 08 ago. 2018.

GOUVEIA, C. A. V de; SANTOS, G. Aposentadoria por tempo de contribuição e a proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18998&revista\\_caderno=20](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18998&revista_caderno=20)> Acesso em: 28 nov 2019

LOURENÇO, E. A. de S; LACAZ, F. A. de C; GOULART, P. M. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, pp. 467-486, set.-dez. 2017.

NOLASCO, Lincoln. Evolução histórica da Previdência Social

no Brasil e no mundo. **Conteúdo Jurídico**, Brasília (DF): 01 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.35915&seo=1>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

NOVAES, André Santos. In: MARTINEZ, Wladimir Novaes (Coord.). **Temas Atuais de Previdência Social**. São Paulo: LTR, 2003.

RAEFFRAY, Ana Paula Oriola de. **Direito da saúde**: de acordo com a Constituição Federal. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SANTOS JÚNIOR, Selmo Alves dos. Previdência social: breve histórico no cenário mundial e sua estrutura e funcionamento no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 22, n. 5264, 29 nov. 2017. ISSN 1518-4862. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/59126>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

VASCONCELOS, C. M, PASCHE, D. F. O Sistema Único de Saúde. In: Campos G. W.S. et al. (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2009. pp. 531-62.

Este capítulo está organizado em dois blocos. No primeiro, falarei sobre os caminhos que têm sido trilhados no campo da Assistência Social e do que nos espera se não mudarmos a rota. No segundo, abordarei um dos efeitos dessa rota: a intensificação da precariedade do trabalho na área. Mais especificamente, enfocarei o processo de “terceirização” do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo que, para isso, recorrerei às falas dos psicólogos e psicólogas que entrevistei durante os últimos anos para ilustrar minhas reflexões.

## 1 Algumas projeções para o futuro

Um passo importante para a consolidação do projeto de desmonte das políticas sociais foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 55, de 2016 (PEC 55).<sup>6</sup> Popularmente conhecida como “PEC dos gastos públicos”, “PEC do teto” ou “PEC do fim do mundo”, essa medida instituiu um novo regime fiscal no âmbito da União para os 20 anos seguintes a sua aprovação (ou seja, de 2017 a 2036), bem como determinou que, durante esse período, o crescimento anual dos gastos públicos não deverá ultrapassar a inflação, o que na prática congela as despesas primárias no patamar de 2016.

Pouco antes da aprovação da PEC 55, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou uma nota técnica intitulada “O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil” (PAIVA; MESQUITA; JACCOUD; PASSOS, 2016). Apesar de ter sido publicada antes da aprovação da PEC, essa nota técnica faz previsões que se mantêm.

---

6 Enquanto tramitava na Câmara dos Deputados, essa PEC recebeu o n. o 241.

Previsões que, como já temos visto, não são muito animadoras.

Cabe destacar que essas previsões partem de um cenário base conservador, ou seja, consideram que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) manterá ao longo de todo o período o que existia em 2016, sem expandir o número de beneficiárias(os) ou serviços, mesmo diante de um cenário de crise. Ou seja, o cálculo não é feito em relação a um cenário ideal, mas a um cenário equivalente ao que tínhamos em 2016 – o que sabemos, já estava muito longe do ideal. Cabe, também, lembrar que, diferentemente do que ocorre com a Saúde e com a Educação, a Constituição Federal não estabelece os limites mínimos que os entes federados devem aplicar na política de Assistência Social, o que a torna ainda mais vulnerável ao projeto de desmonte das políticas sociais.

Tabela 1: Perdas estimadas para a Assistência Social – 2017 a 2036

Perdas estimadas para a Assistência Social caso o NRF seja implementado a partir de 2017 – 2017 a 2036

Ano	em R\$ milhões de 2016 (atualizados pelo IPCA médio)			
	Despesa Cenário Base (A)	Despesa Cenário NRF (B)	Perda estimada (C-B-A)	
			em R\$ milhões 2016 (C)	% (D=C/A)
2017	85.646,38	79.052,09	- 6.594,29	-8%
2018	87.657,64	79.297,59	- 8.360,05	-10%
2019	90.239,05	79.462,35	- 10.776,70	-12%
2020	93.094,06	80.088,05	- 13.006,01	-14%
2021	96.710,01	80.088,05	- 16.621,95	-17%
2022	100.510,11	80.088,05	- 20.422,06	-20%
2023	104.492,43	80.088,05	- 24.404,38	-23%
2024	108.672,08	80.088,05	- 28.584,02	-26%
2025	113.042,91	80.088,05	- 32.954,85	-29%
2026	117.617,91	80.088,05	- 37.529,86	-32%
2027	122.403,08	80.088,05	- 42.315,03	-35%
2028	127.391,18	80.088,05	- 47.303,12	-37%
2029	132.567,22	80.088,05	- 52.479,16	-40%
2030	137.912,70	80.088,05	- 57.824,65	-42%
2031	143.434,45	80.088,05	- 63.346,39	-44%
2032	149.139,74	80.088,05	- 69.051,69	-46%
2033	155.023,83	80.088,05	- 74.935,78	-48%
2034	161.096,52	80.088,05	- 81.008,46	-50%
2035	167.360,76	80.088,05	- 87.272,70	-52%
2036	173.820,55	80.088,05	- 93.732,49	-54%
<b>Perda acumuladas em 10 anos (2017 a 2026)</b>			<b>-199.254,17</b>	
<b>Perda acumuladas em 20 anos (2017 a 2036)</b>			<b>-868.523,66</b>	

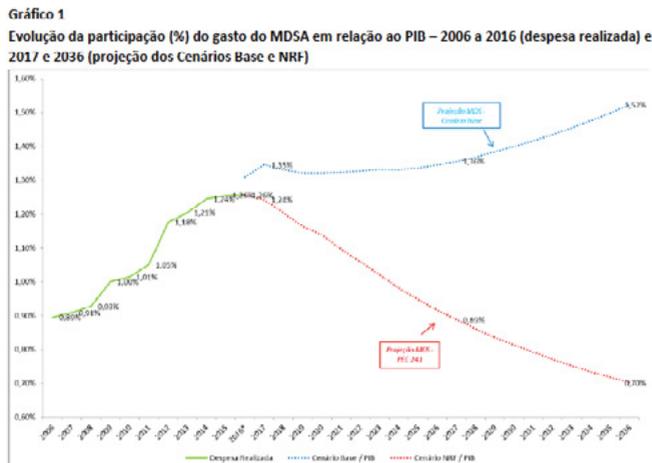
Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeto do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo). Elaboração

Fonte: PAIVA; MESQUITA; JACCOUD; PASSOS, 2016.

A tabela 1 mostra que a distância entre o gasto projetado para o Cenário Base (que reflete o investimento com a política de assistência social nos moldes do que existia em 2016) e o investimento estimado para o Cenário do Novo Regime Fiscal (NRF) (que considera o “teto” de gastos públicos estipulado pela PEC 55) se torna cada vez maior com o passar dos anos. Se continuarmos na mesma rota, em 2036, o MDS contará menos da metade dos recursos necessários para manter os serviços e benefícios nos padrões de 2016 (PAIVA; MESQUITA; JACCOUD; PASSOS, 2016).

O gráfico 1, por sua vez, mostra qual era a participação dos gastos com a política de Assistência Social no PIB brasileiro nos dez anos anteriores à aprovação da PEC 55 (2006 e 2016), bem como a projeção de tal gasto para os vinte anos seguintes, considerando os dois cenários: a manutenção do que existia em 2016 e o cenário criado com a aprovação da PEC.

Gráfico 1: Evolução da participação (%) do gasto do MDSA em relação ao PIB – 2006 a 2016 (despesa realizada) e 2017 e 2036 (projeção dos Cenários Base e NRF)



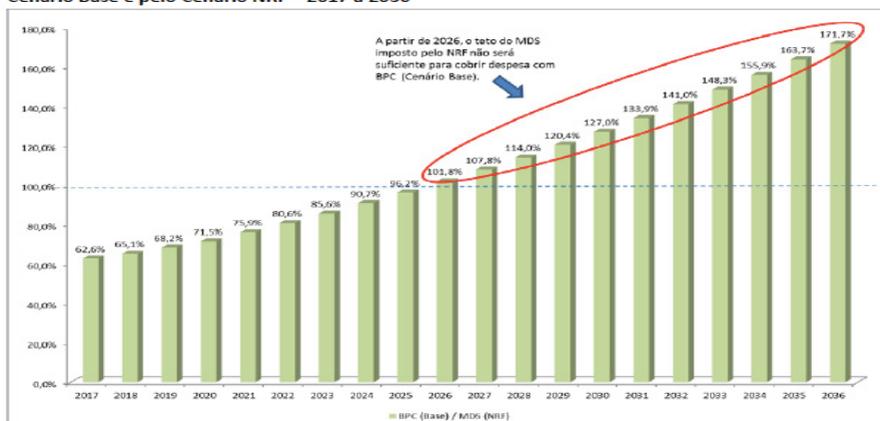
Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo). Elaboração dos autores.

Fonte: PAIVA; MESQUITA; JACCOUD; PASSOS, 2016

Esse último gráfico (Gráfico 2) nos indica a tendência de um comportamento autofágico entre as áreas do MDS. Afinal, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito constitucional, portanto, é obrigatório. Ou seja, para que ele seja mantido, os demais programas assistenciais terão de deixar de existir. Temos, portanto, duas opções: ou mudamos a constituição e perdemos o direito ao BPC, ou desmontamos toda a política de assistência social.

Gráfico 2 - Participação (%) do gasto com BPC (Cenário Base) em relação ao total do MDS projetado pelo Cenário Base e pelo Cenário NRF – 2017 a 2036

**Gráfico 3**  
Participação (%) do gasto com BPC (Cenário Base) em relação ao total do MDSA projetado pelo Cenário Base e pelo Cenário NRF – 2017 a 2036



Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo). Elaboração dos autores.

Fonte: PAIVA; MESQUITA; JACCOUD; PASSOS, 2016

Essas projeções assustadoras nos levam à seguinte questão: o que acontecerá com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e com os demais serviços de Assistência Social de nosso país? Será que uma das pernas

do tripé do sistema de seguridade social será amputada?

Hoje, vivemos um momento em que esses serviços ainda não deixaram de existir, mas já começam a sentir os efeitos do desmonte. Em julho de 2018, alguns jornais (poucos, porque a Assistência Social não costuma ser notícia nos veículos de comunicação) divulgaram a informação de que o presidente Michel Temer cortou dez bilhões de reais do Programa Bolsa Família, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença – só do Bolsa Família, foram cerca de 5,2 milhões de beneficiárias(os) que perderam seu benefício. O governo federal anunciou que pretende aumentar ainda mais esse corte, o que lhe permitirá economizar mais R\$ 20 milhões.

E o mais assustador é que o desmonte não envolve apenas o desinvestimento financeiro, mas também o desrespeito a alguns dos princípios fundamentais que orientam a política de Assistência Social. Um dos casos mais ilustrativos desse desrespeito foi a atitude do atual governo federal de impor a implementação do Programa Criança Feliz. Ele não apenas propôs um programa radicalmente incompatível com o que preconiza a política, como forçou sua implementação, passando por cima das decisões tomadas por várias instâncias de controle social. E, recentemente, fomos “presenteados” com outro programa pra lá de controverso: o *Futuro na Mão: dando um jeito na vida financeira*, um projeto de educação financeira voltado a famílias de baixa renda. De acordo com o sítio virtual do MDS,<sup>7</sup> “na primeira oficina, são entregues os ‘Cofrinhos da Família’, três cofrinhos de papel destinados a armazenar o dinheiro para despesas do dia a dia, emergências e os sonhos e projetos da família.” Mas será mesmo que é um cofrinho de papel que realizará os sonhos e projetos das famílias

---

7 Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/programa-de-educacao-financeira-sera-voltado-as-beneficiarias-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 3 dez 2019

brasileiras? Que concepção de Estado está presente nesse projeto? O que ele entende por assistência social? Até o título é incomodo: ele dá a entender que o futuro está nas suas mãos. Seu sucesso (ou seu fracasso) depende de você. Você tem que saber poupar e gastar com responsabilidade o dinheiro que ganha. Mas que dinheiro? Será que as famílias que participam das oficinas do programa têm algo para poupar? Será a situação de pobreza que enfrentam é culpa delas? E o Estado nisso tudo? Não era ele que deveria oferecer proteção social?

## 2 Reflexões sobre o presente: o processo de “terceirização” do SUAS

Mas não é apenas o usuário ou a usuária que o projeto de desmonte do SUAS afeta. Ele afeta também as condições de trabalho das(os) psicólogas(os) e demais profissionais que atuam na política de Assistência Social. Afinal, nos CRAS e CREAS de todo o país, faltam recursos, materiais de escritório, acesso à formação continuada, instalações adequadas... Enfim, poderíamos levantar aqui uma série de elementos que precarizam o trabalho nesses equipamentos. Mas, talvez, a precarização mais perversa seja aquela a que trabalhadores e trabalhadoras “terceirizadas(os)” estão submetidas(os). Tenho muitas ressalvas com a expressão “terceirização” (CORDEIRO; SATO, 2017). Mas como não teremos tempo de discuti-la, neste texto, vou usá-la provisoriamente – afinal ela é recorrente tanto na literatura acadêmica quanto nos discursos de muitas(os) trabalhadoras(es) do SUAS.

Vivo em uma cidade em que cerca de 93 % dos serviços de assistência social são ofertados por Organizações da Sociedade Civil (Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social de São Paulo, 2018). E essa realidade é mais ou menos assim desde que o SUAS existe, ou seja, não é um efeito da PEC 55 ou do atual direcionamento político do Governo Federal. Mas São Paulo sempre foi considerada um caso à parte, uma exceção. A minha impressão é que, com os cortes no orçamento, essa exceção vem, aos poucos, se tornando regra. Concursos públicos vêm sendo substituídos por processos licitatórios. Vínculos empregatícios estáveis por convênios temporários... E, uma vez mais, esse processo tem sérias implicações tanto para as condições de trabalho quanto para a qualidade do trabalho ofertado.

Além disso, não podemos nos esquecer que ele é incompatível com o que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) (Ferreira, 2011). Afinal, esse documento determina, entre outras coisas, que a gestão do trabalho no SUAS deve: garantir a desprecarização dos vínculos de trabalho e o fim da “terceirização”; garantir a educação permanente dos trabalhadores; realizar planejamento estratégico; garantir gestão participativa com controle social, além de integrar e alimentar o sistema de informação. A NOB-RH/SUAS determina, também, que os Planos de Carreira, Cargos e Salários devem abranger todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS – sejam eles servidores públicos ou “terceirizados”.

A despeito de essa normativa enfatizar a importância do fim da “terceirização”, como disse anteriormente, em muitos municípios brasileiros, grande parte dos serviços de assistência social são “terceirizados”. Atualmente, os convênios com as entidades responsáveis por ofertar esses serviços são regulados pela Lei n.º 13.019/2014, mais conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Vale lembrar que o MROSC regula não apenas parcerias com entidades de assistência social, mas também com organizações das áreas de saúde, educação, cultura, ciência e

tecnologia, desenvolvimento agrário, moradia, entre outras. Por ter abrangência nacional, suas normas são válidas para todas as parcerias celebradas entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a Administração Pública (seja ela Federal, do Distrito Federal, dos estados ou dos municípios) e envolvem todo o processo de parceria: desde a seleção das propostas, passando por sua execução até a prestação de contas.

É interessante notarmos que, de um lado, a NOB-RH/SUAS (FERREIRA, 2011) associa a “terceirização” à precarização do trabalho — e indica que trabalhadoras(es) “terceirizadas(os)” devem ser substituídas(os) por “concursadas” — ; de outro, o MROSC segue o caminho contrário: não apenas sugere que a transferência de serviços públicos a organizações da sociedade civil é inevitável, como afirma explicitamente que ela é desejável. No documento que o apresenta, publicado no Portal Convênios, o Governo Federal (BRASIL, 2014) afirma, por exemplo, que a incorporação dessas organizações estaria na base de “um projeto de transformação da democracia exclusivamente representativa em democracia participativa, além de colaborar para que o país dê o salto necessário da igualdade formal garantida em nossa constituição — na qual todos são iguais perante a lei — para uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária” (p. 4).

É interessante pensarmos como a noção de controle social acaba sendo usado como justificativa para a “terceirização” dos serviços de Assistência Social. A participação da sociedade civil nas políticas sociais, sem dúvida, é de suma importância. Mas de que participação estamos falando? Tenho a impressão de que a participação enfatizada na Constituição de 1988 não é a mesma que a defendida no MROSC. Além disso, é interessante o uso da palavra “solidária” nessa citação do Governo Federal. Será que ela não nos remete a uma ideia contrária ao que é defendido na constituição de 1988? Ao menos, para mim, falar em sociedade

solidária nos remete a certa desresponsabilização do Estado pela garantia do sistema de seguridade social. Remetemos à ideia de benevolência, de caridade e não de direito.

Além disso, temos de considerar os efeitos dessa “terceirização”: ela favorece a subcontratação de serviços individuais e o exercício profissional privado (autônomo) e temporário, no qual a contratação se dá por projeto, por tarefa. Favorece, também, que os contratos que não têm validade determinada estejam sujeitos a qualquer alteração nas finanças da organização — tanto que praticamente todas as psicólogas e psicólogos que entrevistei durante minha pesquisa relataram ter vivenciado a experiência de ter visto uma equipe inteira ser demitida porque um convênio foi encerrado ou porque um patrocínio foi cancelado. Em consequência disso, muitas(os) profissionais que atuam em OSCs vivem uma constante sensação de insegurança, de impossibilidade de planejar o futuro ou de construir uma carreira na área (CORDEIRO; SATO, 2017).

Essa instabilidade no emprego — aliada à necessidade de grande envolvimento emocional e a condições de trabalho precárias — faz com que a rotatividade de profissionais seja extremamente alta. É comum, por exemplo, ouvirmos pessoas dizerem que o trabalho na Assistência Social não passa de um “bico”. Ou ainda que é apenas a possibilidade de um primeiro emprego. Mas não podemos nos esquecer de que essa rotatividade tem sérias implicações para o funcionamento do SUAS. Afinal, ela pode levar à paralisação de projetos, ao aumento dos custos de implementação da política, à sobrecarga de trabalho, à falta de experiência profissional e ao desperdício (de tempo e dinheiro) com formação continuada. Além disso, ela afeta a qualidade dos serviços ofertados, na medida em que dificulta o estabelecimento de vínculos com as(os) usuárias(os) e limita a possibilidade de criar projetos de média e longa duração. A fala de uma das psicólogas com a qual conversei ao longo de minha pesquisa nos

dá um bom exemplo disso: ela relata que uma vez ouviu de um usuário que ela era a sétima técnica que o atendia naquele serviço e que ele não aguentava mais tanta mudança. Sétima técnica! Como podemos pensar em estabelecimento de vínculos ou em um trabalho a médio ou longo prazo diante de tamanha rotatividade? (CORDEIRO; SATO, 2017).

Outro ponto que queria trazer para o debate é que a “terceirização” dificulta, também, o processo de mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Afinal, ela tende a produzir a ausência de um sentimento de pertencimento à política pública, assim como a falta de perspectiva de carreira. Ora, se sei que estou nesse trabalho apenas por enquanto, que a qualquer momento posso ser demitida, ou posso arranjar um emprego melhor; e que, independentemente do que eu faça, não serei promovida nem terei um salário melhor, por que devo me engajar na luta por mudanças na política socioassistencial?

Todos esses fatores têm implicações diretas na saúde física e mental das(os) trabalhadoras(es) de OSCs. Ouvi um psicólogo dizer que tinha de fazer terapia para conseguir lidar com as agruras e dificuldades de seu trabalho. Outra chegou a pedir demissão de seu último emprego, pois, apesar de gostar muito do que fazia, ela precisava de um tempo para se “afastar e se fortalecer”, pois estava “em carne viva”, estava toda “esfolada”.

Documentos oficiais enfatizam a importância de o SUAS ser implementado por profissionais qualificadas(os), comprometidas(os), valorizadas(os) e bem remuneradas(os). Enfatizam, ainda, a necessidade de contratação por meio de concurso público, defendem a “desprecarização” dos vínculos trabalhistas e o fim da “terceirização”. Mas esses mesmos documentos dão brecha para contratos e vínculos que “esfolam” e deixam “em carne viva” suas(eus) trabalhadoras(es). Dão brecha para vínculos que adoecem.

## Considerações de prosseguimento

A despeito das dificuldades inerentes a um trabalho voltado à população em situação de vulnerabilidade e da precariedade das condições de trabalho em um serviço “terceirizado”, algumas pessoas subvertem a lógica da rotatividade e permanecem trabalhando nas entidades de assistência social por muitos anos. Um dos fatores que contribuem para essa permanência é o compromisso com a população atendida, o desejo de ajudar o outro e contribuir para transformar a sociedade desigual em que vivemos. A lógica que está por trás desse conformismo é, portanto, que o profissional que se doa à causa e à instituição aceita condições materiais de trabalho que, em outros contextos, seriam inaceitáveis. Que, na luta pelos direitos dos outros, aceita negar seus próprios direitos.

Mas será que para sermos socialmente comprometidos temos, necessariamente, de abdicar de nossos direitos trabalhistas? Será, ainda, que escolher atuar em comunidades de baixa renda implica aceitar condições de trabalho que em outras circunstâncias consideraríamos inaceitáveis? No final da década de 1970, Silvio Botomé (1979/2010) disse que “nossa contribuição social, como profissionais da Psicologia, [precisaria] ser feita em relação àquilo que mais necessita de contribuição e não apenas naquilo que há mais oferta de dinheiro envolvida” (p. 182). Hoje, após mais de três décadas de atuação na área social, deveríamos estar nos perguntando o que fazer para que as intervenções voltadas “àquilo que mais delas necessitam” valham (ao menos) tanto quanto as destinadas a ajudar as(os) “menos necessitadas(os)”. Afinal, já está na hora de pensarmos essas práticas não mais como benevolência ou solidariedade, mas como trabalho (CORDEIRO, 2018).

Já está na hora de retomarmos os documentos normativos do SUAS e lembrarmos gestoras(es) e políticas(os) que “os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política

de assistência social. Assim, é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários.” (BRASIL, 2009). Para chegar a essa realidade, há muito trabalho a ser feito!

## REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, S. P. A quem nós psicólogos servimos de fato? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil**. Natal (RN): EdUFRN, 2010. pp. 169-202.

BRASIL. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, 2014** (MROSC). Brasília (DF): Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.

\_\_\_\_\_. Centro de Referência de Assistência Social. **Orientações Técnicas**. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988

CORDEIRO, M. P. Reflexões sobre os usos da noção de compromisso social da ciência: o caso da Psicologia brasileira. **Athenea Digital**, São Paulo, v. 18. n. 3, pp. 1-27, 2018. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/v18-n3-prioli/2086-pdf-pt>>. Acesso em: 17 out. 2018.

\_\_\_\_\_.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em “setor terceirizado”. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n. 1, pp. 41-52, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo>

br/scielo.php?pid=S0103-166X2017000100041&script=sci\_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 out. 2018

**FERREIRA, S. S. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.** Anotada e comentada. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2015.

**PAIVA, A. B. et al. O novo regime fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. 2018. CPC. Relação de Convênios, janeiro de 2018.

Boa tarde a todos.

Primeiramente agradecer novamente ao convite de poder participar dessa mesa, e parabenizar os colegas que me antecederam, foram falas realmente muito provocadoras, muitos questionamentos pertinentes, relevantes e tentarei cumprir os 20 minutos de fala. Eu vou me deter aqui em termos de roteiro da minha apresentação em três pontos. Eu vou começar a trazer para vocês, ilustrar um pouco da minha realidade enquanto trabalhadora do Sistema Único de Saúde, do ambulatório de saúde mental no Maranhão, vou trazer desafios que a gente vem enfrentando ao longo desses anos, e quem sabe pensar aqui, queria deixar isso em aberto também para o debate, as possibilidades de mudanças. Bom, então em termos de desafios da atuação da psicologia na saúde especificamente no Sistema Único de Saúde, eu queria então como eu falei para vocês, trazer a nossa realidade no município de São Luís, onde eu atuo tanto no Centro de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, quanto no ambulatório de saúde mental para adultos. E aí eu trouxe alguns dados que a gente fez um levantamento até o final de 2017, infelizmente não pude trazer todos esses dados, eu fiz um recorte de alguns deles, para a gente pensar também um pouco essa realidade. Então até o final de 2017 nós tínhamos 4.077 prontuários abertos. O ambulatório ele surgiu em 2004-2005, e nós temos então em média dessas pessoas 565 pacientes que estão em acompanhamento, e aí lembrando que muitos abandonaram, ou tiveram alta, mudaram de cidade. A faixa etária predominante do nosso ambulatório são pessoas de 12 a 17 anos, e queria trazer para vocês uma outra coisa que me chama a atenção, é em relação aos principais diagnósticos para esse público infanto-juvenil. Nós temos com o levantamento, o

principal diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, e aí já queria trazer um questionamento de como é feito esse diagnóstico, e a gente sabe dos atendimentos, da rapidez com que a psiquiatria atende essas pessoas, e muitas vezes são rotulados e já é um primeiro questionamento: será que de fato, procede esse diagnóstico de TDAH? E o outro, o segundo que também já chama bastante atenção, é o transtorno misto de habilidades escolares, então é muito presente, as famosas dificuldades de aprendizagem com esse público. A nossa equipe ela é composta por dois psiquiatras, três psicólogos, uma enfermeira, um assistente social, uma terapeuta familiar, dois técnicos de enfermagem e uma farmacêutica. A nossa realidade em relação ao ambulatório de saúde mental para adultos, foi feito também esse levantamento nos três últimos meses de 2017, e aí pensando em todos os atendimentos, eu vou falar da equipe, nós tivemos em outubro 1788 atendimentos. Em novembro 1756 atendimentos, em dezembro que normalmente um período que cai um pouco 1.210 atendimentos. A nossa equipe é composta por três psicólogos, dois psiquiatras, uma enfermeira, dois assistentes sociais e dois atendentes. Nós tivemos então fazendo o somatório, um total de 4.754 atendimento só nos três últimos meses de 2017. Os principais diagnósticos que nós temos nessa população de adultos são transtorno de ansiedade, com as famosas crises de pânico, e transtorno de humor predominando transtornos depressivos. Uma outra coisa que chama bastante atenção, é o total de atendimentos de primeira vez que nós tivemos em 2017, foi de 302 pessoas e somente nas três primeiras semanas do mês de abril agora de 2018, nós tivemos de primeira vez 100 pessoas procuraram o nosso ambulatório. E um outro dado que tem chamado bastante atenção é como tem crescido a procura de adultos com condições socioeconômicas melhores nos ambulatórios do SUS. E aí o que muitos alegam é a impossibilidade de pagar plano de saúde, e que muitas vezes

esses profissionais que estão na Rede privada também estão no serviço público, então é melhor procurá-los no serviço público. Então vamos para o segundo momento das principais dificuldades. Bom, uma primeira coisa que me incomoda particularmente bastante, é que muitos pacientes acreditam que a medicação ela é suficiente para resolver seus problemas. Então o que a gente observa é que no momento que essas pessoas vão até o atendimento a prioridade é passar com o psiquiatra. Os outros profissionais, para a maioria, não vamos generalizar, mas para a maioria eu vou lá para pegar aquela medicação e de preferência ter um resultado imediato, rápido, como se existisse de fato uma pílula mágica para aliviar, seja sintomas depressivos, ou excesso de ansiedade. Nós temos um aumento da demanda, e o que se observa é que a quantidade de profissionais continua a mesma, o que acaba gerando uma sobrecarga de trabalho. Uma outra coisa muito presente é o retorno aos atendimentos que são muito demorados. Então em média hoje, para retornar aos profissionais, é de dois a quatro meses, então pensem, como é que a gente pode de fato fazer um acompanhamento psicológico e um acompanhamento psiquiátrico, com retornos de às vezes, quatro, cinco meses. Como é que você vai avaliar essas medicações, e como é que você vai de fato compreender a história de vida daquela pessoa, com retornos de em média para os psicólogos seria de um mês e meio a dois meses. Fora a falta de materiais, já foi muito bem mencionado aqui, a má remuneração dos profissionais, muitas vezes se observa sobretudo no público infantil, uma utilização do diagnóstico psiquiátrico pela família e pela escola como justificativa para todos os comportamentos problemas «do paciente», e assim eles acabam se desresponsabilizando de atuar em relação a melhora deste. Observa-se também diagnóstico psiquiátrico como forma de ter ganhos secundários, e aí a gente observa pessoas que têm potencial para trabalhar, mas muitas vezes

querem seus benefícios e vão lá para buscar esses benefícios, e muitas vezes na perícia a gente observa também, eles aumentam, acrescentam várias coisas para ter esses benefícios, e acaba ajudando a manter o problema. O que a gente também vivencia muito é outra coisa que me incomoda particularmente, essa falta de articulação com a rede de atenção psicossocial. Então a gente observa essa dificuldade de fato de comunicação com os outros dispositivos da rede de atenção psicossocial. Encaminhar as crianças e adolescentes, isso é uma coisa que a gente vem discutindo bastante e falta também essa articulação, e aí pensando sobretudo já desde esse desenvolvimento humano, em relação a essas crianças e adolescentes, para a realização de cursos profissionalizantes, capacitações, e outras atividades envolvendo arte, envolvendo cultura, lazer entre outros. Ou seja, esse investimento e intersectorialidade, o quanto falta, o quanto estamos distantes dessa articulação. E aí para o terceiro bloco, como podemos melhorar. Uma primeira coisa sem dúvidas, é fortalecer o trabalho em equipe e com a RAPS, a gente precisa ter essa maior articulação, essa maior comunicação, e não só pensando, eu trouxe aqui a RAPS por ser o dispositivo da saúde e das diferentes parcerias, mas a gente tem que pensar em termos de educação, a gente tem que pensar em termos de assistência social e diversas outras áreas para fortalecer esse trabalho. Compartilhamento de conhecimentos. Então muitas vezes até dentro desses espaços, e aí pensando não só no nosso ambulatório, em outros CAPS, e outros dispositivos da rede, falta muitas vezes esse compartilhamento de conhecimentos. Esses momentos de discussão sobretudo dos casos mais difíceis, com o restante dos membros da equipe, saber a opinião deles, como é que eles estão vivenciando o seu trabalho. E outra coisa que a gente precisa apostar, a gente já vê que em outros locais isso já existe o quanto é importante, que é apostar no matriciamento, a gente precisa unir a atenção

primária com saúde mental. E o nosso ambulatório é privilegiado porque nós temos no mesmo espaço a atenção primária atuando, mas não existe essa comunicação. Cada um faz o seu trabalho muito fragmentado, muito separado, não tem essa união, fazendo grupos de sala de espera para os pacientes, realizando visitas domiciliares. Há muito tempo não é feito isso, maior contato com os agentes comunitários de saúde, fazendo contato com as escolas, como já foi tão falado aqui a participação social esse investimento no controle social, como é que a gente está acompanhando, como é que a gente está monitorando, avaliando a efetividade dos resultados do que é proposto. A gente precisa sem dúvidas, pensar em uma instância maior, redefinir e melhorar a gestão das estratégias e governanças dessas políticas de desenvolvimento do SUS. Em relação a nossa equipe, precisamos, já está mais do que comprovado, ampliar essa equipe, por exemplo, eu trouxe para vocês que a segunda causa de procura do ambulatório em relação a esses pacientes da área infantil, é dificuldade de aprendizagem. A gente tem uma psicopedagoga que está saindo, vai se aposentar, e está saindo do ambulatório. Quer dizer, a gente já vem pedindo há muito tempo até porque ela enquanto estava lá sozinha não dava conta, agora a gente está sem a psicopedagoga. E aí a gente tem como segundo diagnóstico mais evidente, uma demanda muito grande desses transtornos, dessas dificuldades de aprendizagem e a gente não tem o profissional para dar conta disso. A terapeuta ocupacional que é outra área importantíssima já não existe há bastante tempo, seja na parte tanto de adultos quando criança e adolescente. Oferecer uma educação continuada a todos os profissionais do serviço. Conseguir material suficiente e adequado para o trabalho cotidiano. Então por exemplo, estamos falando do ambulatório de saúde mental, o que falta ali diariamente é a medicação. Então a gente sabe que tem casos, mas precisa ser muito bem avaliado, mas em

momento algum eu quero desconsiderar a importância de um bom diagnóstico feito de um modo adequado, e a gente sabe dessa importância da medicação, mas falta medicamentos na farmácia. E com toda essa crise, com tudo que a gente vem discutindo, como que essas pessoas vão comprar esses medicamentos? E muito psiquiatras prescrevem esses medicamentos muito caros, como manter, como dar continuidade a esse tratamento? E aí eu queria trazer alguns conceitos e quando a gente pensa em saúde de um modo mais amplo, e depois eu vou falar um pouco a respeito da saúde mental, ela é considerada um princípio essencial para o desenvolvimento da felicidade, das relações humanas harmoniosas e seguras. Ela envolve qualidades individuais, sociais, emocionais, dentre outras que auxiliem na proteção e no desenvolvimento dos potenciais humanos. E será que nós estamos de fato investindo nessas potencialidades humanas? Será que essas pessoas de fato estão se sentindo seguras? Atendidas nas suas necessidades básicas? Se a gente fosse trazer aqui mais a temática da violência, que é algo que a gente vive diariamente, tiroteios, crimes, facções. Lá em São Luís nós temos o Bonde dos 40, e o primeiro comando do Maranhão PCM, então vivemos dentro desse contexto, para muitas pessoas já está mais do que comprovada essa relação da violência com o desencadeamento de vários transtornos mentais. Então é muito comum, eu observo muito quando essas pessoas sofrem assaltos ou passam situações de violência, elas recaem, isso é fato, como eu falei para vocês o diagnóstico ali mais prevalente quando a gente pensa na população adulta é transtorno de ansiedade, essas crises de pânico, quando essas pessoas elas vivenciam essas situações de violência é inevitável retornarem a essas crises de pânico. E a questão do desemprego, se a gente fosse pensar toda essa conjuntura. É óbvio que as pessoas também vão adoecer, e quantas deprimem também pelo fato de estarem desempregadas, sem possibilidade de atuar em suas

comunidades. Então que relações são essas? Seguras, que proteção, que assistência nós temos dado a essas pessoas? E aí em termos de definição de saúde mental, tem um conceito bem interessante da Organização Mundial de Saúde de 2017, que diz o seguinte: “é um estado de bem-estar que favorece o desenvolvimento do potencial dos indivíduos, a fim de que estes sejam capazes de realizar o enfrentamento das situações de estresse cotidiano”, e sabemos o quanto são situações extremamente estressante, de violência, de desemprego, “capazes de trabalhar de um modo produtivo e frutífero”, como trabalhar de modo produtivo e frutífero nessa realidade em que a gente se encontra? “E estando aptos a contribuir com as suas comunidades”. Como que podemos contribuir com a nossa comunidade nessa situação? Então em síntese, “a saúde mental é um estado de bom funcionamento dos indivíduos no qual a promoção de forças, virtudes, e otimização de seu potencial”. E novamente, que forças, virtudes, e as potencialidades, como nós estamos, e aí eu me coloco também como trabalhadora do SUS, de fato promovendo tudo isso, essas pessoas que a gente atende nessas condições. E para finalizar eu quero deixar, eu sei que tem muitas críticas de pessoas, já ouvi até de alguns CR’s críticas em relação à campanha do Janeiro Branco, que alegam trazer essa questão da Saúde Mental para uma coisa muito individual, sem olhar muito para o coletivo, essa coisa mais social, mas de qualquer modo eu acredito que essa boa saúde mental ela tem que partir primeiramente de cada um, até para a gente poder colaborar e ajudar as outras pessoas. Mas eu só gostaria de fechar com um dos slogans da campanha desse ano, que eu acho que diz muito desse individual e do coletivo, do social. “Sem saúde mental não há paz, não há sossego, não harmonia nas relações e nem energia para cuidar das coisas da vida, da vida da gente, e da vida de quem amamos. Investir em saúde mental é investir em tudo aquilo que nos move, nos sustenta e nos

capacita para uma vida saudável, plena e cheia de realizações, de tudo aquilo que todo ser humano merece e é capaz de conquistar. Muito obrigada.

# DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: IMPACTOS NA VIDA DOS USUÁRIOS

João Paulo Sales Macedo

Para situar a primeira parte do tema proposto pela mesa “Desmonte das políticas públicas e processos de subjetivação: impactos na vida dos usuários” passarei rapidamente sobre o que temos chamado de “Encerramento do ciclo democrático-popular” e o desmonte das políticas públicas. O ponto de partida não poderia ser outro: o cenário pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, efetivado em 31 de agosto de 2016, e os sucessivos golpes em nossa democracia e contra os nossos direitos. Alerto que pretendo propor reflexões em caráter completamente provisórios, considerando que ainda estamos vivendo no olho do furacão dos acontecimentos em curso. Nesse sentido, peço paciência aos psicólogos e psicólogas aqui presentes, sei que não estamos acostumados a nos debruçar sobre análises mais amplas acerca da conjuntura, mas sem tais balizas fica difícil tratar certos vetores que envolvem tanto uma dimensão macro, que orientam e determinam o modo como as políticas são efetivadas no país, assim como tais políticas também repercutem no agenciamento da micropolítica do cotidiano do trabalho dos profissionais que atuam nas políticas sociais, com efeito nos processos de subjetivação de nós mesmos como trabalhadores dessas políticas e dos próprios usuários do sistema de seguridade.

Falar de políticas sociais no Brasil é ter que falar das ações fragmentadas e desarticuladas, em que, muitas vezes, são

orientadas por programas específicos de governo em detrimento de políticas de Estado. Quero dizer com isso, que antes do desmonte atual que estamos vivendo em tempos de ruptura democrática, avançávamos em um cenário permeado de contradições. Se pegarmos a saúde com o SUS e assistência social com o SUAS para situar duas grandes políticas, inclusive importantes para a consolidação das psicólogas e dos psicólogos nas políticas públicas no Brasil, veremos que não foi fácil chegar até onde chegamos.

O SUS é fruto de um processo histórico que ficou conhecido como movimento de reforma sanitária, que propôs linhas gerais para um novo ideal sanitário, atrelado a um projeto societário. Nós brasileiros nunca podemos nos esquecer disso! O que está em jogo é uma disputa de projetos societários. Porém, é preciso lembrar Sérgio Arouca, importante sanitarista brasileiro, quando disse que mesmo afirmado na Constituição de 1988 e com seus marcos regulatórios de 1990, com a Lei Orgânica (Lei n.º 8.080) e Complementar (Lei n.º 8.142), a conquista da Saúde como direito de todos e dever do Estado ocorreu sem a devida base material que o tornasse realidade. Sérgio Arouca referia-se nesse comentário a dois grandes entraves que impactam centralmente o SUS: a não-aprovação do orçamento da Saúde e o *lobby* do setor privado, sempre bem alimentado de vultosos recursos públicos desde tempos remotos. O resultado tem sido um SUS sem o devido financiamento adequado para garantir sua efetivação, além do fato de ficar refém a manobras da política nacional e do clientelismo local. Não fosse a dedicação dos movimentos sociais e de trabalhadores da Saúde com o seu histórico de luta, não teria sido possível transformar em política pública a síntese entre as demandas populares e o marco legal constitucional do SUS.

No âmbito da assistência social, historicamente baseada na matriz do favor, os desafios foram ainda maiores. Tal política configurou-se ao longo do tempo é um padrão arcaico

de relações, geralmente utilizada como moeda de troca e do clientelismo. Para abreviar esse histórico que tanto sabemos, avançaremos no tempo para situar rapidamente que na década de 1990, mesmo depois do estabelecimento da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, com o advento da Lei Orgânica da Saúde, e da própria Lei Orgânica da Assistência Social (1993), acompanhado ainda do esforço dos trabalhadores e dos movimentos sociais para sua implementação, o país se viu marcado nesse período pela secundarização das ações públicas voltadas para o enfrentamento da questão social e seus quadros de desigualdades e miséria em função da agenda neoliberal ao longo dos governos Collor, Itamar e FHC. Foi somente a partir de 2003 que os setores progressistas da sociedade ganharam força com a eleição do Presidente Lula, e posteriormente com a Presidente Dilma, sobre a esperança de ver efetivar-se um projeto político mais progressista e contrário aos ideais neoliberais vigentes, com a implementação de reformas voltadas para as chamadas minorias sociais, e aos economicamente menos favorecidos.

Ao longo de mais de vinte e cinco anos após a implementação do SUS, o movimento de expansão e interiorização da política de saúde no Brasil trouxe como maior conquista a inversão do Parque Sanitário Brasileiro. A efetivação de inúmeros serviços — isso para falar apenas no campo da assistência à saúde — fez emergir uma força de trabalho e uma estrutura com arranjo institucional no SUS sem igual e sem tamanho. Hoje temos um SUS, sem sombra de dúvida, mais robusto e grandioso, apesar dos desafios postos.

No campo da Assistência Social tivemos ainda no primeiro mandato do governo Lula, aprovação de sua Política Nacional e a estruturação do SUAS, conferindo à Assistência Social uma nova posição institucional, política e orçamentária no cenário nacional. Ao longo desses anos do governo do PT, o SUAS foi estruturado com a expressiva criação de unidades/serviços

socioassistenciais dando início a um novo ciclo de desenvolvimento dessa política pública, com uma cobertura de equipamentos públicos em torno de quase noventa por cento do território brasileiro. Porém, é preciso ponderar que apesar dos inegáveis e indiscutíveis avanços em diversas áreas e setores do país, é necessário reconhecer que os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), e o primeiro do governo Dilma (2011-2014), foram marcados por uma lógica de conciliação. Conciliar o receituário neoliberal e a pauta desenvolvimentista foi a forma de garantir avanços nesse período da história do Brasil. Para isso foram realizadas contrarreformas da previdência, da educação, concomitantemente o aumento da taxa de juros, ao passo que eram expandidas políticas estruturantes no campo dos direitos humanos e sociais.

Na esfera macroeconômica houve uma enorme frustração para aqueles que almejavam mudanças estruturais nos rumos da economia e da política, pois o governo não só manteve medidas substantivas a orientação central dos governos anteriores, como trouxe novas medidas de sustentação para a política de severidade fiscal. Mas, apesar de tudo isso, que fique claro que nada se compara ao que estamos vivendo do período do *impeachment* para cá.

Com os primeiros sinais da crise mundial chegando ao Brasil em 2013, como alguns apontam (e para outros, antes disso!), as repactuações dentro dos blocos do poder para manter os parâmetros de governabilidade do país, o mercado financeiro internacional com suas ofensivas por todo o globo e suas imposições econômicas cada vez mais austeras, além das novas ofensivas da política externa dos Estados Unidos na América Latina, percebe-se a perda de fôlego do pacto que deu sustentação aos avanços sociais nos governos Lula e Dilma. Daí para frente sabemos dessa história, que vai desde as primeiras ações do governo Dilma, em 2015, na tentativa de manter a governabilidade em meio as instabilidades geradas

pelo Congresso Nacional, o esgarçamento da crise política, passando pela adoção das medidas amargas do Ministro Joaquim Levy, cujo remédio já conhecido da experiência europeia responsabiliza a classe trabalhadora e as classes populares pela crise, culminando com a produção social e subjetiva de insatisfação com o governo, catalisada pela mídia. Como consequência, o impedimento da Presidente da República é consumado pelo Congresso Nacional, com o aval do poder Judiciário. Sob o mandato ilegítimo de Michel Temer, as ações governistas têm sustentação no documento lançado meses antes da aprovação do *impeachment*, chamado “Ponte para o Futuro”, proposto pelo atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Trata-se de uma carta programa que não foi apreciada e legitimada pelas urnas nas eleições de 2014. O documento propunha medidas para retomar o “progresso” da nação com base nos interesses do mercado financeiro internacional a partir da implementação de um conjunto de reformas sem nenhuma preocupação com as políticas sociais e o sistema de direitos que nos protegem enquanto cidadãos.

Para o campo da proteção social é possível visualizar claramente no texto “Ponte para o Futuro” a estratégia de absoluta seletividade e focalização das políticas e programas sociais, inclusive, apontando para o desmonte das políticas universalizantes através do congelamento dos seus orçamentos. Além dos ajustes na estrutura ministerial, secundarizando o lugar das políticas sociais e do campo dos direitos com suas desregulações, tendo como pontapé a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, que estabelece o Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito da União para os próximos vinte anos, primeira estratégia de golpe para a Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência, dentre outras políticas públicas. Em seguida vieram as contrarreformas: trabalhista (já aprovada) e da previdência (ainda em disputa), que certamente voltará à pauta do Congresso Nacional depois

das eleições. Acompanhado a isso, não podemos esquecer dos retrocessos impostos às políticas estruturantes no âmbito da saúde, com as alterações da Política Nacional de Atenção Básica, da Política de Saúde Mental, mas também do desmonte da Educação Pública e, particularmente, do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia, acompanhado da alteração dos marcos regulatórios do pré-sal, da venda de estatais, dentre outros. Não podemos nos esquecer de que nesse pacote está a pauta conservadora e ofensiva no âmbito dos direitos humanos, com a proposta da redução da maioria penal, a aprovação do Estatuto da Família, o desmonte do Estatuto do Desarmamento, a tentativa de alteração da demarcação das terras indígenas, dos territórios quilombolas e demais áreas de preservação ambiental, e mais recentemente com o modo como o Estado tem tratado a segurança pública, com a cortina de fumaça de uma intervenção militar enquanto laboratório de institucionalização da necropolítica no país.

A retomada do conservadorismo por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário brasileiro, e até mesmo de parte da sociedade civil, transparece um cenário confortável para o fortalecimento de propostas que reduzem o papel do Estado, acompanhado da transferência de suas responsabilidades sociais para o mercado, transformando direitos em mercadoria, mas também para a sociedade civil, particularmente para as famílias e para as comunidades, deixando o país novamente em situação de vulnerabilização/precariedade sob a onda restritiva do ideário neoliberal mais predatório.

Se por um lado estamos diante de uma conjuntura socioeconômica que aponta para um período de aumento da demanda por serviços de saúde e socioassistenciais, devido aos efeitos de uma crise em sua faceta que se apresenta como permanente, por outro lado paira sob o país intenções governamentais com interesses explícitos de minar com o SUS e de desmontar e refilantropizar a Assistência Social. Tal cenário

tende a contribuir para o aproveitamento de diversos desafios que hoje já impactam e tensionam o campo prático de trabalho no SUS e no SUAS, que foi exatamente o que foi comentado na mesa anterior. Já que tende a levar os profissionais que atuam nesta política (e em outras) a rotinas de trabalho cada vez mais intensas dado o aumento de demandas da população, em detrimento de condições de trabalho e execução das ações. Mais uma vez enfrentamos um horizonte de contar com políticas sociais com serviços precários para usuários também sob condição precária, realizado por trabalhadores em condição de precariedade. Diante disso, pergunto as mais de trezentos mil psicólogas(os) brasileiras(os): Como percebem tal conjuntura? Como tem se posicionado em defesa das políticas sociais num contexto de ruptura democrática e precarização da vida? Para dialogar com a segunda parte do tema proposto para esta mesa, que está relacionado aos processos de subjetivação, é necessário retomar um aspecto pouco abordado na discussão aqui proposta, porém, urgente no campo de análise que trata sobre as políticas públicas. Refiro-me sobre a agenda micropolítica do neoliberalismo, e desse estado permanente de crise do capital com o qual temos vivenciado na contemporaneidade.

A crise mundial que explodiu no mundo a partir de 2008 apresentou com maior ênfase uma onda de austeridade no campo econômico e político, com profundos impactos subjetivos. A saída proposta que, na verdade, significa a justificativa para implantar em doses cavalares o receitual neoliberal mais predatório, foi também modular as subjetividades com intensidades ainda mais individualizantes, automatizantes e empreendedoras de si mesmas, numa tentativa de lançar a todos nós à experiência do abismo de um presente imediato e do deslocamento de modos de sociabilidades que sustentam a vida comum, o bem comum e as condições comuns de viabilidade de nossas resistências. Ou seja, uma lógica que

passou a produzir um modo de subjetivação política em que determina modos de percepções, modos de afecções e sensações, enfim, modos de pensar, modos de se relacionar e agir no mundo pela via do assujeitamento e do controle.

Sabemos que a racionalidade neoliberal tem minado as condições de sustentação de nossas existências ao reestruturar as políticas de bem-estar social a partir da perspectiva da redução de direitos. E mais do que isso, esta mesma racionalidade neoliberal também tem induzido e adaptado a população a um estado de insegurança e de desesperança ao desregular as seguranças do trabalho e na previdência, além de precarizar os serviços e benefícios sociais e serviços públicos em geral que dão sustentabilidade ao sistema de proteção e seguridade brasileiros. Tudo isso em prol de nos modular no lugar de cidadão a meros consumidores e empreendedores de nossas saídas individuais, frente aos problemas que nos são comuns, portanto, são políticos. A racionalidade neoliberal exige, por esta perspectiva, uma subjetividade acoplada na ideia de autossuficiência. Ao pretender transformar todos nós em sujeitos potencialmente precários, como refere Judith Butler, aumentando a sensação de sujeitos descartáveis ou dispensáveis, em meio a implantação de uma política de privatização do cuidado e do bem-estar, tal racionalidade, que é perversa, impõe uma lógica que se pretende regra: a do mérito. Ou seja, o acesso aos serviços, por esta lógica que tenta nos modular dia a dia, é mérito de quem pode pagar por eles; caso não, o sujeito não é merecedor de cobertura, de seguranças. Não é merecer porque não fez por onde. Não deu o seu melhor! Não é o sujeito moral digno merecedor do nosso país. Não é merecedor por não apresentar bom comportamento! Isso não é outra coisa senão o fascismo! O valor moral da autossuficiência pressupõe que os indivíduos devem se preocupar apenas consigo e não com os outros. Caso não consigamos pagar pelas seguranças e condições de existência para

acessarmos os serviços de saúde, educacional, moradia, transporte, dentre outros, seremos cada vez mais empurrados para a margem, para as zonas de descartes humanos, lançados a própria sorte. A racionalidade do mercado tem decidido quais saúdes e vidas devem ser protegidas, e quais não! Tal processo de subjetivação em curso, imposto pelo neoliberalismo, tem marcado, e no sentido aqui posto, poderá marcar mais profundamente usuários das políticas sociais. Por isso mais uma vez perguntamos às(os) psicólogas(os) brasileiras(os): Como têm percebido tal conjuntura? Como têm se posicionado frente à racionalidade neoliberal de precarização da vida?

Na tentativa de dialogar mais diretamente com essas perguntas, começo retomando que os caminhos percorridos pela Psicologia no Brasil têm provocado profundas discussões relacionadas a atuação e a formação profissional, sobretudo a partir da aproximação das(os) psicólogas(os) com as políticas públicas. Certamente que esse encontro tem contribuído para minimizar o histórico de distanciamento entre a profissão e a realidade social brasileira. Conseqüentemente, tem alargado o alcance da Psicologia em direção às camadas mais populares e subalternas da nossa população. Mas a intenção é somente ampliar a oferta de serviços e estender a ação profissional das(os) psicólogas(os) para outros espaços e direções antes ignorados pela profissão? Além de avançar em direção as políticas públicas e sociais, tarefa de máxima importância considerando os aspectos mais urgentes da maioria da população brasileira, como a profissão tem contribuído com a produção de resistências a esta lógica? Penso que para avançarmos em meio a certa “plataforma” de ação, isso exige da nossa categoria muito mais do que adesão ao discurso do compromisso social da Psicologia.

Faz-se necessário aprofundar o debate sobre os projetos éticos políticos da profissão alinhados com horizontes societários e emancipatórios, como antes já alertado por Oswaldo Yamamoto. Explico-me, alertando para uma outra

dimensão desse debate sobre a inserção da profissão nas políticas sociais, a partir de alguns analisadores que temos produzidos nas pesquisas de orientandos nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas e em Psicologia daqui da Universidade Federal do Piauí, notadamente em localidades do interior do Estado do Piauí, realidade não muito diferente que temos escutado em outras localidades do país. Em síntese, temos observado profissionais atuando nas políticas sociais, em serviços cada vez mais precarizados, com condições cada vez mais difíceis para exercerem suas funções, enfim, atomizados, isso sem mencionar os atravessamentos políticos locais que não terei tempo de aprofundar nesta comunicação. Mas, enfim, gostaria de dar visibilidade a alguns elementos que entendo como cruciais neste debate sobre a agenda micropolítica do neoliberalismo: 1) Temos observado um claro descontentamento ou desconforto pelos profissionais que atuam nas equipes NASF e na realidade dos CRAS. 2) São profissionais que não veem sentido ou viabilidade prática para orientar suas ações profissionais com base na ação territorial e no fortalecimento das bases comunitárias; a partir do trabalho de mediação da organização comunitária e produção de uma sociabilidade política que auxiliem a compreensão das determinações dos problemas e agravamentos da saúde da população, utilizando, portanto, de ferramentas de vigilância socioassistencial, bem como de acompanhamento psicossocial das famílias; além de estabelecer pontos de interlocução com a rede intersetorial. 3) São profissionais que preferem focalizar suas práticas com famílias que apresentam, de acordo com a letra da política da assistência social, vínculos familiares fragilizados. Lidar com os aspectos emocionais e afetivos, de foro íntimo, ou com questões comportamentais enquanto objeto de intervenção, isso faz com que os profissionais da Psicologia se reconheçam profissionais em serviços territoriais e de base comunitária. 4) São profissionais cujas práticas

dão indicativo de que operam pela lógica da culpabilização e responsabilização da população pela condição que se encontram. 5) São profissionais que recorrem ao fenômeno do familismo, responsabilização da família pela superação da sua condição de vulnerabilização e pobreza. Entendem, por tal perspectiva, que o papel dos projetos e dos serviços que coordenam nos serviços de base territorial da saúde e da assistência social, são oportunidades para que os chamados beneficiários dessa políticas possam desenvolver comportamentos e habilidades para que superem a condição em que se encontram, além de motivarem-se para alcançarem certo ideal de sujeito moral, enredado nas teias da sociabilidade burguesa de autossuficiência e meritocrática. 6) São profissionais que afirmam estarem nos serviços das políticas sociais em função da aprovação em concurso; ou porque foi o que surgiu como oportunidade de emprego para os recém-formados, permanecendo ali por conta de outros fatores que foge à sua capacidade de escolha, estabilidade, conveniência. 7) Além disso, são situações em que se observa uma reduzida compreensão dos fenômenos sociais por parte dos profissionais que atuam nessas políticas. Não raro escutamos dos profissionais que não visualizam demandas específicas para Psicologia nos serviços; ou que o tipo de trabalho ali desenvolvido e as intervenções realizadas acabam por se distanciar daquilo que os identifica e o fazem se reconhecerem profissionais. O maior exemplo é quando têm que encarar os sofrimentos psíquicos dos sujeitos, a partir de uma perspectiva mais ampla, compreendendo a complexa rede de forças de poderes que perpassam as condições de vulnerabilização da sociedade brasileira e que engendram e sujeito os usuários das políticas. Em termos gerais, é claro que tais descontentamentos não são novidade entre aqueles que estão nas trincheiras dos serviços das políticas sociais. Porém, entendemos que ser tomado por essas vivências, representação e sentidos em um contexto em que

as políticas sociais contavam com outra “condição”, “estrutura”, “apoio” e “sentido institucional”, diz de uma determinada conjuntura para profissão nas políticas sociais. Agora, enfrentar essa realidade, hoje, numa conjuntura de aprofundamento do desmantelamento das políticas, isso acaba dando visibilidade a alguns aspectos ainda mais urgentes e de primeira ordem para o debate sobre a profissão. Mais uma vez reafirmo que não quero com isso responsabilizar as(os) colegas pelo quadro que temos enfrentado nas políticas sociais.

Chamo a atenção que, em meio à conjuntura aqui descrita, os desafios que se apresentam estão para além dos aspectos que giram em torno das condições de trabalho e da imprecisão teórica ou formativa, como é recorrentemente sinalizado pelos estudos que têm tratado sobre a temática da profissão nas políticas sociais. Nós, psicólogas(os) precisamos tomar de análise o que se agencia na profissão em termos macro e micropolíticos. Até mesmo porque não custa lembrar conforme aponta Foucault, no texto “Um Sistema Finito Diante de um Questionamento Infinito”, que apesar de alguns efeitos positivos que o sistema de Seguridade Social porta para assistir às necessidades mais básicas da população, eles também guardam efeitos perversos por sua crescente rigidez burocrática e pelas demandas que são reconhecidas como passíveis de intervenção, além das rotinas que são transferidas de forma cronificadora para o cotidiano de serviços. Por isso, não adianta nada lutar para a manutenção das políticas que aí estão, segmentarizadas, se não repensarmos sua estrutura e linhas de força, colocando em questão o papel e a função do Estado em termos do modo este orienta tais políticas. Nesse aspecto, é preciso estarmos atentos aos processos de subjetivação de que também somos alvo enquanto trabalhadores sociais nesse grave contexto de desmonte das políticas públicas. Caso não, corremos o risco de operarmos por máquinas de sujeição dos usuários das políticas que acessam os

serviços com práticas que reproduzem dependência, disciplina, controle e gestão da pobreza ou da precarização da vida. Nesse sentido, há um risco de sermos funcionais a lógica da racionalidade neoliberal, em que por meio de serviços precarizados, sobre a intervenção de profissionais também precarizados, assistimos a sujeitos precarizados no objetivo de apassivizar a subjetividades, governar condutas, gerir determinados modos de vida, extraindo daí sujeitos funcionais ao mercado a partir de certo padrão subjetivo. Afinal, dotada de maior alcance social, nossa profissão tem se colocada a serviço do quê? A necessidade de assumir uma atitude crítica diante dessa conjuntura e de construir “plataformas”/estratégias de luta comum com os demais setores da sociedade, talvez este possa ser um caminho para continuarmos a resistir e evitar recairmos na obediência de figurar a Psicologia como máquina de obedientes. Não podemos repetir a história que nos constituiu ciência e profissão no Brasil! Posto isso, é urgente nos voltar para os movimentos sociais, escutá-los, estar do seu lado, aprender com suas lutas, estratégicas e táticas inventivas. Este é um alerta que não pode passar despercebido, especialmente se insistimos afirmar uma Psicologia alinhada a projetos emancipatórios e insurgentes.

Quero cumprimentar a todos e a todas aqui presentes, expressar qual é o meu lugar de fala. Estou como representante e colaboradora da Comissão Nacional de Assistência Social do Conselho Federal de Psicologia, que tem o nome de CONPAS. Vamos iniciar um diálogo, com referências a Félix Guattari e a Bader Sawaia para trabalhar um pouco sobre subjetivação. Em 1988, Guattari escreve sobre um conceito de subjetividade dominante ou hegemônica; também em 1988 é aprovada a nossa Constituição Federal Cidadã. O autor nos diz que a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção, as forças sociais que administra o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até que o petróleo e as energias, visto que produzem esquemas dominantes de percepções de mundo.

A subjetivação aqui apresentada nas falas desta mesa é um sonho onde a sociedade brasileira tenha essa compreensão e percepção de mundo... Porém, a gente sabe, vou começar a partir do século XX, de como a subjetividade sobre a família foi construída, então, nós precisamos compreender os diferentes dispositivos que nos levam a pensar e agir diante dessa construção social. Para termos direito à vida e ter legitimação social, no início do século XX, era necessário ter dois dispositivos: o *emprego fixo* e a *família organizada*, quem tinha isso era considerada uma pessoa “normal”.

Com o avanço do capitalismo liberal, vem os processos de higienização, e o Movimento Nacional de População em Situação de Rua sabe dizer muito bem os impactos desse processo, apontando a invisibilidade dessa população, quando parte da sociedade se incomoda de ver alguém dormindo na frente do seu comércio, próximo da sua casa, seu

primeiro ímpeto é ligar para a polícia, em reforço à criminalização da pobreza e da situação de rua.

Agora, liga-se para o CRAS ou para o CREAS, para o serviço do próprio Estado que diz que atua para o direito da população em situação de rua. Mantêm, no entanto, essa construção perversa que é de higienização da cidade. A implantação do Sistema Único da Assistência Social, embora tenha avançado no atendimento desta população, lida com o incômodo social e a invisibilidade desta população de modo persistente. Embora a população em situação de rua seja encaminhada para os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (CENTROPOP), é possível observar a manutenção de lógicas higienistas na condução das políticas que deveriam ser garantidoras dos direitos dos usuários desses serviços.

Esse fenômeno está na ponta do neoliberalismo que, com seus processos de automação, aplicativos e atendentes digitais aqui falados, naturalizam o tratamento das vidas humanas como descartáveis e desnecessárias, de modo que a tecnologia não precisa mais de vidas humanas. Então, na naturalidade com que esse poder é exercido, sua relação com o capital é muito maior que o governo Temer, entendendo as interferências internacionais cujas dimensões e questões passam em muito as fronteiras do Brasil.

Assim, é necessário fundamentar uma percepção que passa pelo nosso trabalho como psicólogos(os) para contextualizar em nosso atendimento o extermínio de jovens da população negra e da população LGBT. É possível afirmar que, neste mercado, o desenvolvimento é cada vez mais excludente, e, quando inclui o excluído, o inclui perversamente, o que Bader Sawaia aponta no seguinte sentido: a exclusão apresenta uma dimensão objetiva da desigualdade social, tem a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento.

Segundo Sawaia, a exclusão gera sofrimento, — nós psicólogos(os) sabemos disso. A autora destaca que o sujeito excluído não está à margem da sociedade, e é nessa dicotomia, nessa complexidade é que a gente precisa compreender que o próprio excluído repõe e sustenta uma ordem social, da qual é sujeitado e sofre muito com esse processo de inclusão social perverso.

Diante dessa reflexão, lembro-me de um atendimento do CRAS onde trabalho. Tenho acompanhado uma família com sete pessoas adultas, e todos são dependentes químicos do *crack*. Considerando a situação desta família, ela está inserida na Rede de Proteção do Território, em que há reuniões mensais para encaminhamento e acompanhamento das situações. Em uma reunião, as técnicas do CAPS AD afirmaram: “Eles não aderem ao serviço”, que quer dizer que os indivíduos não querem comparecer aos atendimentos. Pergunto diante desse processo: “O que é a subjetivação e como ela se apresenta nesta família?”. Comecei a refletir com elas: se a escolha de usar o craque foi uma escolha pessoal ou se foi uma determinação social; Se a família escolheu ou foi escolhida para a manutenção de uma condição que é familiar e social; de que forma, mesmo excluídos do trabalho, participam na manutenção do sistema econômico, político, cultural vigente.

A mesa anterior destacou a necessidade e a importância de os profissionais da Psicologia compreenderem a exclusão nas suas multidimensões. Diante disso, a relação entre os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, do SUS, da Educação tem de ser indissociável da luta por direitos dos usuários. Não existe uma cisão, não pode haver um movimento “cada um por si”. Mas nós precisamos ter um movimento de pautas conjuntas em que essa defesa aconteça por meio da mobilização da garantia de direitos. Nesse sentido, a Comissão Nacional da Assistência Social, lançou a campanha contra o preconceito ao atendimento do usuário e da usuária, em parceria com o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS (FNU-SUAS).

Falar de preconceito nos remete a reconhecer como seres humanos construídos nesse ambiente social e, em nossa prática profissional como psicólogas(os), afirmo que temos preconceitos, porque temos essa construção como cidadãos e cidadãs, e hoje apresenta-se uma Psicologia com compromisso social, mas é preciso lembrar a persistência de nossa herança da colonização, como todos e todas nós fomos e somos neste país. Reconhecer, identificar o preconceito é o que vai garantir a qualidade da nossa intervenção profissional ao reconhecer o sofrimento psicológico em situações de racismo, homofobia, sexismo, dentre outras opressões.

Esse processo nos aponta a necessidade de nos vermos como profissionais e refletirmos sobre o nosso fazer diante das situações de atendimento que nos são colocadas. Aproveito também para destacar outra campanha do Conselho Federal de Psicologia, que é a campanha contra o racismo que, em breve, começará a sair alguns materiais.

A resistência aqui apontada tem como premissa uma concepção de Estado de garantia de direitos, que é importante para que se compreenda a dimensão política no nosso fazer, e sua contribuição para a garantia e a defesa ao atendimento a esses usuários. Isso se torna ainda mais importante na inversão, muito bem apresentada anteriormente pela fala dos usuários, ao trazer como que se molda o desenho da política brasileira, e como vivemos nesse momento de desmonte, demonstrando a necessidade de uma ruptura com esse modelo neoliberal. Nós precisamos apontar para outro modelo de desenvolvimento, e é nessa perspectiva, que nós, psicólogas(os) comprometidas(os) com o direito humano à vida, que aqui se traduz na defesa dos usuários e das usuárias.

É urgente compreender que nesse sistema não cabe todo mundo. E que, se assim continuar, cada vez mais atenderá menos gente. Então, a construção desse novo modelo aponta a resistência, apresenta-se como defesa do orçamento para

as políticas públicas, como resposta ao tema da mesa. Aqui, falo do lugar de psicóloga da assistência social e afirmo que sofremos muito preconceito com a política da assistência social nas gestões municipais. Eu já ouvi gestores dizendo: “É pobre? Manda lá para as meninas do CRAS e do CREAS”. Essa percepção dos gestores demonstra alguns aspectos que são de depreciação da importância da política, que justificam redução de orçamento, precarização do trabalho, terceirização dos serviços públicos, situações decorrentes do então preconceito que existe da assistência social por parte dos gestores.

Reafirmo que a resistência acontece no dia a dia do nosso trabalho, como psicólogas(os). Quanto à defesa de garantias de direitos, nos cabe a defesa intransigente de uma Psicologia comprometida com a emancipação humana. Nosso trabalho está comprometido com a sociedade, comprometido com os usuários. As principais dificuldades relatadas por profissionais que atuam nessa defesa são de assédio moral e perseguição. Hoje, foi citado o suicídio de uma profissional da assistência social que levanta a importância de refletir e pesquisar sobre o sofrimento e o adoecimento das(os) trabalhadoras(es) do Sistema Único da Assistência Social. Ainda não temos dados nacionalmente abrangentes, mas os casos de que tomamos conhecimento já demonstra ser uma situação alarmante. Então, também é importante falar da nossa sanidade mental.

Considero de extrema importância compreender o processo no qual estamos inseridas(os) e nos cabe manter o sentimento de esperança e transformar o sentimento em verbo, ou seja, recordar Paulo Freire: “esperançar”. Assim vamos fazer a resistência chegar a esse momento do mundo em que “gente defende gente”.

Muito obrigado!

ISBN 978-65-86540-45-1



9 786586 540451 >